



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil

JUN 2015 • vol. 12 n. 2



Novas conexões
**entre o rural
e o urbano**

ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia v.12, n.2
(corresponde ao v. 31, n° 2 da Revista Farming Matters)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a AgriCultures Network

Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

AgriCultures Network Secretariat
PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10
www.ileia.org

ACESSE:
www.aspta.org.br/agriculturas

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM e Universidade Federal de Viçosa

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Bruno Prado

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Base de dados de subscritores – Carolina Soares

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Jair Guerra Labelle

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Thomas Lohnes

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Reproset

Tiragem: 1.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a Revista Agriculturas: experiências em agroecologia seja citada como fonte.

SUMÁRIO

EDITOR CONVIDADO • Bruno Prado

ARTIGOS

04

COMPRAS COLETIVAS E A FORMAÇÃO DE CONSUMIDORES-CIDADÃOS: A EXPERIÊNCIA DA REDE ECOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO

Bibi Cintrão, Denise Gonçalves, Miriam Langenbach e Mônica Chiffolleau

08

RURAL E URBANO, CRIANÇAS E AGRICULTORES: OS ENCONTROS NO SÍTIO DE SALUZINHO

Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Ana Paula Gomes de Melo, Paulo Sérgio Lopes, Ernane Martins e Dalton Pereira

15

AGROECOLOGIA URBANA – UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Entrevista com Antonio Lattuca (por Teresa Gianella-Estrems e Teobaldo Pínzas)

23

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Morgana Mara Vaz da Silva Maselli

27

AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE: UM MODELO QUE PROSPERA NA CHINA

Judith Hitchman

33

PRODUTORES E CONSUMIDORES CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS ALIMENTARES

Greet Goverde-Lips, Janneke Bruil e Henk Renting

39



NOVAS CONEXÕES ENTRE O RURAL E O URBANO

■ Bruno Azevedo Prado

Em 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial passou a viver nas cidades. Segundo projeções do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), em 2030, as cidades do chamado mundo em desenvolvimento concentrarão 80% da população urbana (UNFPA, 2007). Números como esses, somados à confluência das crises climática, econômico-política, energética e alimentar, suscitam novas questões acerca das linhas que demarcam o urbano e o rural e dos papéis que representam as alternativas locais baseadas na Agroecologia e na agricultura familiar e camponesa à globalização do sistema agroalimentar.

Em outras palavras, esse cenário aponta para a necessidade de colocar em pauta a reconfiguração dos sistemas agroalimentares. Se os espaços rurais já foram compreendidos como áreas cuja principal função era fornecer alimentos baratos e em grandes quantidades para os consumidores urbanos, atualmente as relações entre campo e cidade ganham novos significados à luz de questões políticas emergentes ligadas aos temas da soberania e da segurança alimentar e nutricional, da Agroecologia e dos modos de produção da agricultura familiar camponesa. O rural – ou, melhor dizendo, os rurais, frente a sua diversidade – expressa valores e modos de ser e fazer que incorporam preocupações urgentes relacionadas a questões ambientais e de sustentabilidade, à valorização de modo de vida próprio da agricultura familiar, ao reconhecimento de grupos que reivindicam demandas específicas e identidades

autodeclaradas e a novas formas de combate dos efeitos perversos e duradouros da modernização agrícola. Os questionamentos ao modelo dominante de desenvolvimento levam a outras discussões na arena pública, mobilizando cidadãos tanto nos campos como nas cidades, evidenciando a grande confluência das crises que afligem as sociedades contemporâneas.

A questão da alimentação irrompe nesta discussão a partir de indagações relacionadas às transformações no sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos – quem produz e onde, como e quando são produzidos os alimentos? Como chegam às nossas mesas? A inserção desse debate no campo da saúde e do meio ambiente tem levado à revalorização de práticas alimentares mais sintonizadas com as dinâmicas da natureza e orientadas por valores culturais estranhos a visões empresariais da agricultura. Por outro lado, crises alimentares ainda provocam graves situações de fome e desnutrição, assim como há um número crescente de pessoas em situação de obesidade em razão de dietas não saudáveis. Além disso, a degradação dos solos e a perda da biodiversidade aliadas ao quadro das mudanças climáticas, que colocam em risco a produção e o consumo de alimentos saudáveis e culturalmente adequados, reforçam um cenário de crise que tende a se tornar cada vez mais agravado e com efeitos catastróficos para a reprodução das formas de vida atuais.

Os artigos que compõem esta edição da Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* refletem essas questões e enfatizam não só que alternativas podem – e devem – ser construídas, mas que um conjunto delas já está em curso. Essas respostas alternativas constituem uma variedade de *agenciamentos sociotécnicos* e *invenções institucionais* (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014) que datam de longo período



Thomas Lohnes

“

EM INTERAÇÃO DIRETA COM AGRICULTORES, OS GRUPOS DE CONSUMIDORES VIABILIZAM O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE A PREÇOS MAIS ACESSÍVEIS QUE AQUELES ENCONTRADOS EM GRANDES CADEIAS DE DISTRIBUIÇÃO. AO FAZER ISSO, TAMBÉM AMPLIAM PARA A ESFERA DO CONSUMO O ANSEIO POR MODELOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

– basta notar como a agricultura familiar e suas racionalidades econômico-ecológicas foram sendo desenvolvidas ao longo de gerações, baseadas no controle dos recursos necessários para a manutenção e a reprodução de seus modos de vida. Aliadas a essas racionalidades, vemos nesta edição novas conexões com consumidores dos meios urbanos sendo ativadas através de grupos de compras coletivas, reivindicações políticas pelo reconhecimento de espaços de vida para o cultivo de alimentos na cidade, comunidades de apoio à agricultura, reconhecimento de saberes tradicionais e populares pelas universidades, entre outros contextos e iniciativas de aproximação entre o rural e o urbano.

Tratamos aqui, portanto, de um inusitado conjunto de fenômenos que refuta as profecias relacionadas ao inexorável desaparecimento das comunidades rurais, por muito tempo alardeadas por teóricos do desenvolvimento rural. O processo de modernização da agricultura não só não confirmou tais previsões como hoje se veem reafirmados – não sem obstáculos, é importante constatar – os modos de vida do mundo rural e do campesinato em conexões inéditas com as cidades e regiões metropolitanas. Nestas, que por muito tempo foram entendidas como ápice do projeto modernizante, do consumo acelerado e da desconexão com a natureza, assistimos à generalizada emergência de práticas que respondem contrariamente àquele projeto, seja na valorização dos meios alternativos de transporte, na retomada do uso dos espaços públicos ou nos movimentos sociais que reivindicam o *direito a uma outra cidade*. O recente debate sobre a construção de ciclovias e a diminuição da velocidade dos carros na cidade de São Paulo, a emergência de movimentos e fóruns de favelas, a revisão de diversos Planos Diretores, que passam a reconhecer espaços de uso comum nas cidades a partir de reivindicações de movimentos da sociedade civil, o Movimento Ocupe Estelita, em Recife (PE), que trouxe novos olhares sobre os efeitos da especulação e do lucro imobiliários nas grandes cidades, são exemplos que apontam novos modos de convivibilidade, ao tempo em que reconhecem que são os primeiros passos para o enfrentamento de outras mazelas comuns presentes e persistentes nos espaços urbanos. Mas essas são também iniciativas que adensam as tramas do rural e do urbano – este par que estávamos acostumados a ver como mais ou menos estanques, dissociados e quase intransponíveis entre si. Exemplos claros disso são a prática da agricultura urbana e periurbana, em suas diferentes escalas dos quintais domésticos, hortas comunitárias e coletivas e espaços periurbanos da agricultura familiar, bem como os novos circuitos de produção e consumo que ativam, em diferentes configurações, as conexões entre campo e cidade. São iniciativas institucionalizadas em políticas públicas, como as compras governamentais de produtos da agricultura familiar por escolas públicas ou equipamentos de distribuição de alimentos a populações em estado de insegurança alimentar, mas são também iniciativas formais e informais, individuais ou coletivas, de grupos de consumidores urbanos, *chefs* e ativistas que alçam a um novo patamar o consumo de alimentos frescos e saudáveis.

Desse conjunto diversificado de práticas e experiências concretas vão emergindo *novas geografias alimentares* que apresentam como eixos importantes de funcionamento a reconfiguração das relações entre mercado e sociedade civil na conformação de circuitos agroalimentares curtos; novas relações entre o setor público, enquanto consumidor, e o mercado; e a reivindicação de marcos legais que reconheçam espaços de produção e novas percepções sobre o rural e o urbano. Um vasto campo de pesquisa e intervenção tem sido aberto, questionando a forma como

as redes agroalimentares alternativas são formadas e como se estabelecem ao longo do tempo e do espaço, os tipos de mercados que abrangem e qual o efeito das práticas que delas derivam nos locais em que ocorrem, na medida em que extrapolam o rural.

A experiência da Rede Ecológica, no artigo elaborado por Bibi Cintrão, Denise Gonçalves, Miriam Langenbach e Mónica Chiffolleau (p.8), é um exemplo dessas transformações. Envolvendo aproximadamente 230 famílias de consumidores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a rede se coloca como um espaço de formação de consumidores-cidadãos por meio de mecanismos autogestionários de compras coletivas. Em interação direta com agricultores e produtores, os grupos de consumidores viabilizam o abastecimento de alimentos de qualidade a preços mais acessíveis que aqueles encontrados em grandes cadeias de distribuição. Ao fazer isso, também ampliam para a esfera do consumo o anseio por modelos de produção sustentáveis.

Também na Holanda e na China, os novos papéis assumidos pelos consumidores são discutidos. O artigo de Judith Hitchman (p.33) trata das experiências de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), em que consumidores compartilham com os agricultores os riscos e benefícios da produção de alimentos, comprando antecipadamente ou com regularidade. As experiências de CSAs, que, segundo a autora, já envolvem na China mais de 100 mil consumidores, são cada vez mais comuns pelo mundo afora.

Esses arranjos sociais e tecnológicos que encurtam a distância entre agricultores e consumidores são tema de outro artigo, de Greet Goverde-Lips, Janneke Bruil e Henk Renting (p.39). Nas experiências dos chamados mercados de proximidade (que incluem as cadeias e circuitos curtos e redes agroalimentares alterna-



COMO EVIDENCIAM AS EXPERIÊNCIAS AQUI RELATADAS, ESTAMOS DIANTE DE UM CONJUNTO DE INICIATIVAS IMPULSIONADAS POR DIFERENTES AGENTES, EM VÁRIAS ESFERAS DE ATUAÇÃO, QUE TÊM CONTRIBUÍDO NA PRÁTICA PARA UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS ATRAVÉS DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

tivas), os consumidores se posicionam como agentes ativos na construção de circuitos que garantem maior autonomia tanto a si mesmos, no âmbito do poder de escolha e compra, como aos agricultores e produtores de alimentos, que aumentam seus repertórios de comercialização em canais mais justos.

Já o artigo de Morgana Maselli (p.27) aborda o caso da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) na cidade do Rio de Janeiro para discutir a necessidade de revisões dos marcos legais que regem a ocupação e o uso do solo na segunda maior metrópole do país. Novos instrumentos de política são reivindicados de modo a garantir a comercialização de alimentos produzidos por agricultores familiares localizados no espaço metropolitano, que hoje se encontram expostos a uma série de entraves para vender sua produção por não estarem em áreas legalmente consideradas rurais. Também aqui a mobilização dos consumidores tem sido essencial para alcançar bons resultados.

A criação de ambientes institucionais favoráveis a essas práticas inovadoras é uma condição para que elas se multipliquem e se consolidem. No entanto, os Estados não têm atualizado seus marcos legais e suas políticas públicas em consonância com as dinâmicas emergentes. A entrevista com Antonio Lattuca (p.23), que coordena o Programa de Agricultura Urbana da cidade de Rosário, na Argentina, abre espaço para o tema do reconhecimento e do apoio por parte do Estado a experiências que articulam consumidores, escolas, agricultores e outros atores. A política bem-sucedida de Rosário começou a ser implantada há 13 anos. Hoje, conta com mais de 1.500 agricultores produzindo para o consumo de suas famílias e também para a comercialização, o que tem servido de exemplo a diversas grandes cidades da América Latina.

Conhecimento, educação e cultura também são temas tratados nesta edição sobre as novas conexões entre campo e cidade. A lição aqui vem de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, onde um espaço de vivência rural para crianças do meio urbano foi desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao perguntar sobre o que é o rural às populações urbanas, os professores do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG se aliaram à comunidade local para enriquecer o conteúdo das aulas das escolas públicas, valorizar os conhecimentos e as técnicas tradicionais e fomentar novas ocupações entre os agricultores urbanos.

Como evidenciam as experiências aqui relatadas, estamos diante de um conjunto de iniciativas impulsionadas por diferentes agentes, em várias esferas de atuação, que têm contribuído na prática para uma nova configuração das relações entre os espaços urbanos e rurais através da agricultura e da alimentação. A participação ativa de agricultores e consumidores é determinante e urgente para que iniciativas similares ganhem escala e possam fortalecer ainda mais as redes agroalimentares sustentáveis.

BRUNO AZEVEDO PRADO
assessor técnico da AS-PTA
bruno@aspta.org.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há Mundo por Vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis/São Paulo: Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental, 2014.

UNFPA. **State of World Population 2007:** Unleashing the potential of urban growth. Nova York, 2007.



Foto: Paulo Roberto

Associado da Rede Ecológica
elabora a Folha Ecológica em
conjunto com agricultor

COMPRAS COLETIVAS E A FORMAÇÃO DE CONSUMIDORES- CIDADÃOS: a experiência da Rede Ecológica do Rio de Janeiro

■ Bibi Cintrão, Denise Gonçalves, Miriam Langenbach e Mônica Chiffolleau

Em seu livro *A reconstrução ecológica da agricultura*, Khatounian pergunta se a agricultura ecológica poderá alimentar o mundo. E argumenta que, sem uma reeducação dos consumidores, não será possível conjugar abastecimento seguro, boa nutrição humana e preservação dos recursos naturais. Essa reeducação implica um conjunto variado de mudanças nos atuais padrões de consumo, tanto em termos mais amplos, como no âmbito das relações entre os países, como no nível pessoal, considerando valores éticos, os conceitos de bem-estar e os próprios objetivos de vida.

É necessária uma diversificação das atuais dietas alimentares, padronizadas drasticamente nas últimas décadas com a crescente industrialização da agricultura, o aumento do consumo de produtos de origem animal e o estreitamento da base alimentar a poucos produtos (como trigo, soja e milho) produzidos em grandes monoculturas e transportados por

grandes distâncias. Por essa razão, a reeducação alimentar é fundamental, com a valorização da biodiversidade, da sazonalidade e da regionalidade dos alimentos, recuperando hábitos que haviam sido secularmente desenvolvidos com base no uso de espécies vegetais e animais adaptadas às condições locais. Com isso, ganha-se em qualidade e sabor dos alimentos, assim como possibilita conciliar saúde dos seres humanos e do ambiente, preservação dos recursos não renováveis, redução da dependência dos agricultores em relação à indústria e dos países pobres em relação aos ricos, reforçando soluções locais, dentro da percepção de pensar global e agir local (KHATOUNIAN, 2001).

Neste artigo, partimos da nossa experiência de participação na Rede Ecológica do Rio de Janeiro para refletir sobre a importância das compras coletivas na reeducação e na construção de novos padrões de consumo e de relações entre campo e cidade. A Rede Ecológica foi criada em 2001 e é atualmente um dos maiores e mais antigos grupos de consumo do Brasil, envolvendo em torno de 230 famílias, organizadas em 11 núcleos, situados em bairros de classe média urbana do Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu e Itaipava. A rede se define como *um movimento social que visa fomentar o*

consumo ético, solidário e ecológico e é formada por consumidores que realizam compras coletivas numa interação direta com produtores, viabilizando o abastecimento de produtos agroecológicos a preços acessíveis e apoiando iniciativas que seguem a mesma ideologia. O artigo enfocará alguns elementos dessa experiência, que exemplificam o papel diferenciado das compras coletivas e dos grupos de consumo.¹

AS COMPRAS COLETIVAS E OS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA

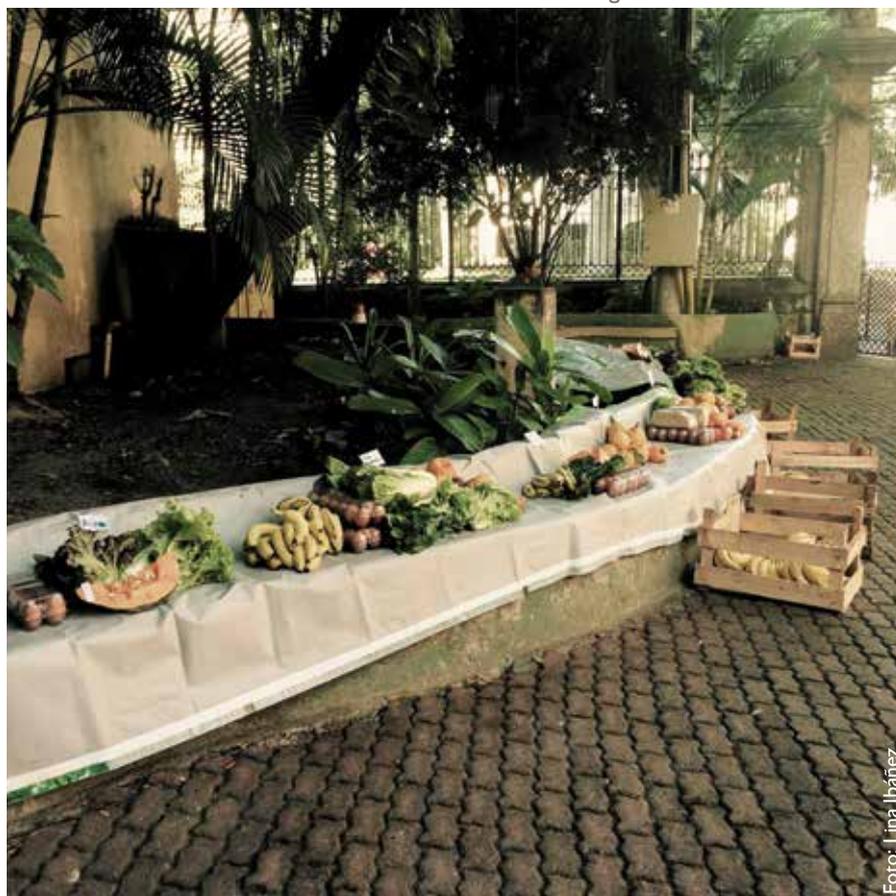
Levantamentos realizados pelo Instituto Kairós, em 2010 e 2013, apontam a existência de 17 experiências de grupos de consumo no Brasil, que declaravam realizar práticas de compras coletivas segundo princípios da Agroecologia e da economia solidária. Os Grupos de Consumo Responsável são definidos como *consumidores organizados que se propõem a fazer do seu ato de compra um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e o bem-estar do planeta*, constituindo uma ação educativa para o consumo responsável (KAIRÓS, 2010).²

Frente às 140 feiras ecológicas identificadas em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em 22 das 27 capitais brasileiras – número que tende a crescer (DAROLT et al., 2013) –, esses grupos podem parecer insignificantes do ponto de vista quantitativo. No entanto, devemos considerá-los enquanto espaços importantes de autogestão, participação e formação, que se somam e podem reforçar outras iniciativas de ampliação dos mercados de produtos agroecológicos.

¹ Detalhes sobre sua história e funcionamento podem ser encontrados no site da Rede Ecológica (www.redeecologicario.org) e na dissertação de Carneiro (2012).

² Esse mapeamento apresenta os grupos existentes e suas características. A partir dele, o Instituto Kairós produziu a cartilha *Organização de grupos de consumo responsável*, disponível em: <http://institutokairos.net/portfolio-items/organizacao-de-grupos-de-consumo-responsavel>.

Entrega de frescos no Núcleo Niterói



Os mercados, por sua vez, devem ser vistos como espaços que extrapolam a função de venda e escoamento de produtos, sendo a politização das compras e do consumo essencial para mudanças de valores, comportamentos, desejos e cultura e, conseqüentemente, para o avanço da Agroecologia. É fundamental buscar mecanismos para que os consumidores deixem de assimilar passivamente o que o mercado lhes oferece, assim como é preciso que aqueles que estão despertando para o consumo de produtos orgânicos conheçam as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e assumam um papel de cidadãos e parceiros proativos no grande desafio de construção de novos paradigmas de desenvolvimento. Nesse sentido, a experiência da Rede Ecológica aponta que os grupos de consumo são um espaço importante para essa politização.

CRITÉRIOS PARA A INCLUSÃO DE PRODUTOS E PRODUTORES NA REDE

Um dos elementos centrais que norteou a estruturação da Rede Ecológica foi o questionamento da lógica dos supermercados, não apenas no que se refere à provisão de alimentos orgânicos (que tendem a seguir os mesmos padrões da agricultura convencional, com sistemas de produção pouco diversificados e de maior escala), mas também pelo conjunto de elementos que os mesmos simbolizam, como concentração da produção e distribuição e venda de alimentos deslocalizados, ultraprocessados e com uso excessivo de embalagens e aditivos químicos.

Desde seu início, a rede buscou fortalecer iniciativas econômicas solidárias e ambientalmente sustentáveis e fornecer aos seus consumidores um conjunto de produtos que lhes permitisse evitar ao máximo comprar em supermercados. Para isso, foram estruturadas duas modalidades de compras: uma semanal (denominada de *frescos*) e outra mensal, com produtos menos perecíveis e importantes na alimentação cotidiana, como arroz, feijão, farinhas, açúcar, café, etc.



Foto: Rede Ecológica

Visita dos consumidores da Rede Ecológica aos produtores da Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais (APAT) em Tombos (MG) realizada em 2009

Os critérios estabelecidos para a inclusão de produtos e produtores incluem a exigência de serem orgânicos, a distância (quanto mais próximos, melhor), a importância do fortalecimento de coletivos de produtores e assentamentos de reforma agrária, entre outros. Embora a certificação de orgânicos seja considerada conveniente, estabeleceram-se critérios próprios que priorizam laços de confiança e solidariedade entre produtores e consumidores.

O funcionamento autogestionário se dá por meio de comissões (de acompanhamento a produtores, cuidados com o núcleo, logística, finanças), além de outros mecanismos, que possibilitam discussões e a participação ativa nas diversas atividades conduzidas pelo grupo. As decisões são partilhadas entre os consumidores, num processo permanente de seleção de produtos e produtores, com trocas de opiniões e informações. Há também trocas de receitas, informações sobre safra, sobre difi-

COMISSÕES DA REDE ECOLÓGICA

Funcionamento interno das compras coletivas

Cuidados com o núcleo
Finanças
Logística
Mutirão

Formação / Comunicação

Informática
Ppts/Filmes
Compostagem
Carta semanal
Cadernos ecológicos
Blog Ecos da Rede
Pegada ambiental

Comissão Gestora

Núcleos

Interação Consumidores - Produtores

Acompanhamento a Produtores
SPG – Sistema Participativo de Garantia
CPOrg – Comissão da Produção de Orgânicos

Interação com Movimentos Sociais

CONSEA
Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida
Rede Carioca de Agricultura Urbana

culdades enfrentadas pelos produtores, sobre produções mais adaptadas. Problemas com os produtos são apresentados aos produtores visando encontrar formas de resolvê-los, envolvendo revisões de parte a parte. É um processo trabalhoso, mas extremamente rico, que propicia um constante aprendizado e a reavaliação de valores e comportamentos de consumo, diferenciando os grupos de compra de outros espaços de comercialização alternativa, onde a participação dos consumidores é mais passiva, restringindo-se à compra.

O PRINCÍPIO DOS 3 RS – REDUZIR, REAPROVEITAR E RECICLAR

A Rede Ecológica segue o princípio dos 3 Rs – Reduzir, Reaproveitar e Reciclar –, enfatizando a hierarquia entre eles e indo na contracorrente dos modelos de consumo atuais.³ Em primeiro lugar, deve vir a *redução do consumo*, em segundo, o *reaproveitamento* e apenas como última opção a *reciclagem*. Essa percepção é de crítica à indústria, que fomenta o uso de descartáveis e confunde reaproveitamento com reciclagem.

A incorporação desses princípios no cotidiano da rede vem envolvendo diversas ações. Prioriza-se, por exemplo, o recebimento de produtos a granel e incentiva-se que os consumidores levem suas próprias sacolas. Foi criada uma comissão para tratar especificamente das embalagens (um dos principais desafios), estimulando a devolução de embalagens reutilizáveis pelos produtores. Compartilham-se também in-

³ Esta crítica converge com movimentos internacionais que apregoam o *decrescimento* e é ilustrada no documentário *Comprar, tirar, comprar* (comprar, descartar, comprar, em tradução livre do espanhol) de Cosima Dannoritzer, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TUALXSZL2ww>>.

formações sobre os danos à saúde e ao ambiente causados pelo plástico e a busca de alternativas ao seu uso. A rede foi a proponente da campanha *Xô Saco Plástico*,⁴ visando conscientizar produtores e consumidores das feiras orgânicas da

⁴ Uma apresentação dessa campanha está disponível em: <<http://redeecologicario.org/xo/>>.



Associada da Rede Ecológica - Núcleo Niterói

Visita ao sítio da Dona Juju (Magé) para elaboração da Folha Agroecológica



Foto: Eva Ferreira

Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro sobre a necessidade de redução do uso das embalagens plásticas.⁵

Além disso, a rede divulga e troca experiências sobre práticas de compostagem caseira ou comunitária, estimulando a diminuição do lixo e a criação de hortas na cidade. Incentiva ainda a produção e a venda de cadernos ecológicos, feitos a partir de papel usado, e realiza oficinas com esse tema em diversos eventos.

DE CONSUMIDOR A CIDADÃO – O TRABALHO VOLUNTÁRIO E O COMPROMISSO COM UMA PROPOSTA MAIS AMPLA

Na sua construção, a Rede Ecológica buscou estabelecer uma estrutura o mais leve possível, baseada em relações informais e solidárias, evitando custos permanentes e se valendo ao máximo de trabalhos voluntários. Isso contribui para baixar o custo dos produtos, estreitar laços entre os participantes e promover uma socialização dos conhecimentos e aprendizados, que é feita através do site, da *Carta semanal* (um informativo simplificado, enviado juntamente com as chamadas para as compras) e de um blog de receitas (Ecos da Rede).

Os integrantes da rede tomaram também a decisão de não crescer muito, mantendo-se no limite de 250 associados. Atualmente, a participação nas compras implica uma afiliação com pagamento de uma mensalidade fixa, que cobre os custos operacionais e possibilita a venda dos produtos pelo preço do produtor. Para se associar, é necessária uma etapa preparatória, com a participação num mutirão de entrega mensal e em duas reuniões com a comissão de acolhida, quando são apresentados os princípios e o funcionamento da rede. Para os iniciantes, deve ficar claro que a associação à rede representa um compromisso político com sua proposta mais geral. A participação no mutirão mensal ao menos uma vez por ano é obrigatória para todos os associados e é um elemento importante do trabalho autogestionário.

⁵ A Rede Ecológica apoiou a criação de duas feiras na Zona Oeste do Rio de Janeiro e tem dois núcleos que funcionam de maneira integrada a elas, apontando para convergências entre essas duas formas de comercialização.

A exigência de participação no trabalho coletivo é um grande desafio na vida corrida das grandes cidades, sendo eventualmente foco de tensões e uma das principais causas de desistência. Mas, ao mesmo tempo, tornou-se uma marca da Rede Ecológica e se revelou importantíssima para a consolidação de um grupo de pessoas com maior conhecimento e capacidade de reflexão e intervenção em diferentes espaços, dentro e fora da rede. Esse cotidiano de participação nas compras coletivas permite um aprendizado a partir da prática e ganha um sentido de ação política, consolidando a Rede Ecológica enquanto movimento de consumidores-cidadãos, com legitimidade e capacidade de intervenção qualificada em outros espaços, como articulações e redes de Agroecologia, no movimento Slow Food, na rede nacional de grupos de consumo, na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, entre outros. Mesmo com sua estrutura informal, a Rede Ecológica é reconhecida em conselhos de controle social e comissões formais. A presença nesses espaços de diálogos com a sociedade enriquece e dá novo sentido às compras coletivas.

Exemplo importante é a inserção da Rede Ecológica, a partir de 2010, como representante dos consumidores no

Associados participando do mutirão da divisão dos produtos para os núcleos da Rede Ecológica



Foto: Lina Ibáñez

O COTIDIANO DE PARTICIPAÇÃO NAS COMPRAS COLETIVAS PERMITE UM APRENDIZADO A PARTIR DA PRÁTICA E GANHA UM SENTIDO DE AÇÃO POLÍTICA



Foto: Rede Ecológica

Reunião com produtores da Feira da Roça, no sítio da Marli e João do Boi (Nova Iguaçu)

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (Consea-Rio). O grupo vem exercendo papel central na câmara temática *Segurança Alimentar nas Estratégias de Desenvolvimento*, no mapeamento das iniciativas de agricultura urbana e educação alimentar, na organização de oficinas e seminários e nas Conferências Municipais de Segurança Alimentar.⁶ A participação no Consea aproximou a Rede Ecológica dos movimentos de agricultura urbana e teve como desdobramento a inclusão de produtos desses agricultores nas compras coletivas e o envolvimento da rede na criação de novas feiras agroecológicas na Zona Oeste.

REFLEXÕES FINAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE CONSUMO

A experiência da Rede Ecológica aponta para especificidades dos grupos de consumo, que os diferenciam de outras formas de comercialização de produtos agroecológicos. Nos grupos de consumidores, a autogestão é um elemento importante, as definições de compra são compartilhadas e a aproximação com os produtores se dá enquanto organização coletiva. O acúmulo de conhecimentos e saberes favorece mudanças nas práticas cotidianas, abrindo caminho para outra realidade humano-social do sistema alimentar, porque são as escolhas dos consumidores que constroem essa realidade.

O contínuo processo de formação que as compras coletivas ensinam permite aos consumidores urbanos irem além de cuidados pessoais com a saúde, construindo novos valores em defesa da vida e enfrentando desafios colocados para as futuras gerações. Mesmo numericamente pequenos, esses grupos podem constituir-se como espaços privilegiados para uma aproximação mais profunda entre campo e cidade e para a consolidação de movimentos de consumidores-cidadãos fundamentais na construção de modelos de produção e consumo mais sustentáveis.

⁶ Ver *Movimento Social* em: <<http://redeecologicario.org/atividades-externas/>> e <<http://agriurbanario.blogspot.fr/>>.

No entanto, a multiplicação dos grupos de consumo ainda é pouco priorizada pelos movimentos sociais e tem se dado de maneira bastante lenta. Ciente desse cenário, a Rede Ecológica passou, em 2015, a oferecer um curso de formação de novos grupos de compras agroecológicas, visando à expansão dessas ideias e práticas. Espera com isso elaborar materiais e metodologias de apoio à estruturação de outros grupos e ampliar a proposta de maior proximidade entre o campo e a cidade para a construção de novos padrões de consumo.

BIBI CINTRÃO

Consumidora da Rede Ecológica - Núcleo Santa Teresa;
Comissão de Acompanhamento aos Produtores Participante
do Movimento Slow Food Brasil
bibicintrao@uol.com.br

DENISE GONÇALVES

Consumidora da Rede Ecológica - Núcleo Itaipava; Comissão
de Acompanhamento aos Produtores.
Integrante do Grupo de Trabalho Slow Food Brasil
Queijos Artesanais
denisegon@gmail.com

MIRIAM LANGENBACH

Fundadora da Rede Ecológica - Núcleo Urca; Comissão
Gestora; Comissão da Carta Semanal
miriam.redeecologica@gmail.com

MÔNICA CHIFFOLEAU

Consumidora da Rede Ecológica - Núcleo Vargem Grande;
Representante da Rede Ecológica no Consea Municipal do
Rio de Janeiro. Mestranda do Programa História das Ciências
e das técnicas e epistemologia/UFRJ
mchiffolleau@fair-trend.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARNEIRO, Camila B.M. **Compras coletivas de produtos orgânicos e participação política**: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ). 2012. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/dissertacoes-e-teses/dissertacoes-mestrado-2011-2/>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun. 2013 Disponível em: <<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/mercados/diversidade-circuitos-curtos-alimentos-ecologicos>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- INSTITUTO KAIROS. **Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil “Consumo como intervenção - Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil”**. Dezembro 2010. Disponível em: <<http://institutokairos.net/2012/03/levantamento-do-perfil-dos-grupos-de-consumo-no-brasil-2/>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/a-reconstrucao-ecologica-da-agricultura.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.



Fotos: Eduardo Ribeiro

Fotos: Oficinas no Sítio Saluzinho

RURAL E URBANO, CRIANÇAS E AGRICULTORES: os encontros no Sítio de Saluzinho

■ Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Ana Paula Gomes de Melo,
Paulo Sérgio Lopes, Ernane Martins e Dalton Pereira

O RURAL E O URBANO

Depois das grandes migrações que conduziram um terço da população brasileira para as cidades nos anos 1960 e 1970, as metrópoles cresceram, a população rural estagnou e o campo ficou ao mesmo tempo mais perto e mais longe das cidades. Ficou mais perto porque, no imaginário dos brasileiros, o mundo rural se converteu num refúgio para aplacar o cansaço e as mazelas da vida urbana, ou seja, virou um lugar desejado para descanso, lazer e aventura. Mas ficou também mais longe, porque a vida no campo – o que as pessoas fazem no dia a dia, como produzem, como se relacionam – tornou-se um mistério para a maioria dos brasileiros.

Pessoas da cidade, em geral, têm uma vaga ideia do que é viver no campo. Costumam imaginar roceiros perdidos em lugares remotos, escondidos, bem longe dos shoppings; ou pensam nas áreas do interior como paraísos na terra, com uma natureza exuberante e farta, bem ali, à disposição. Se isso é verdade para a maioria da população urbana, mais verdade ainda é para as crianças urbanas, que não chegaram a ter vivência do rural, que conhecem o campo pela memória remota dos avós, muitas vezes associada a muito trabalho e à educação rigorosa, ou à abundância e à vida alegre e fácil de um tempo que já se foi.

Professores contam histórias de crianças que acreditam que o leite é produzido pelo supermercado, enquanto outras crian-

ças querem conhecer uma fábrica de arroz – que deve ser maravilhosa, para fazer tantos grãos assim, tão iguais. Contam, ainda, que muitas delas jamais viram de perto um pé de feijão, milho ou abóbora, nunca encostaram numa vaca e não sabem se melancia é produzida em árvore ou embaixo do chão.

Mas professores de ensino fundamental também lamentam que eles próprios pouco sabem sobre esses assuntos, e que são escassos os recursos de que dispõem para ensinar a crianças urbanas sobre recursos naturais e agricultura. Dizem que sofrem nas aulas de geografia para explicar as diferenças entre costumes e estilos de vida do rural e do urbano. Por isso, costumam descrever para os alunos um rural *mezzo* folclórico, *mezzo* sertanejo de TV, porque assim as crianças compreendem, já que são essas as referências que alunos e professores conhecem. Nas aulas de Ciências, descrevem como podem os ciclos naturais, porque raramente têm condições de mostrar como a água se renova na Terra, como as plantas brotam e amadurecem e, principalmente, quais são os efeitos das ações humanas sobre o meio. Assim, as escolas quase sempre mostram o camponês, o campo e a natureza de maneiras muito limitadas, como estereótipos ou como fragmentos de um Brasil remoto, poético e difuso, sempre distante do cotidiano da maioria das pessoas que vivem na cidade.

Foi essa situação que motivou a criação do Sítio de Saluzinho. O sítio – cujo nome técnico é *Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar* – é uma réplica de uma unida-



de camponesa que fica no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na cidade de Montes Claros. É um *museu vivo* da sociedade camponesa norte-mineira, criado para promover o encontro entre as crianças e o mundo rural. Funciona como um programa da UFMG que acompanha o calendário escolar oferecendo, três vezes por semana, oficinas de formação conduzidas por monitores voluntários.

A maioria desses monitores do Sítio de Saluzinho são agricultores(as) urbanos(as) de Montes Claros. Formam um grupo de *especialistas*: foi assim que o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão definiu os camponeses, que detêm um enorme conhecimento sobre a natureza, as técnicas de produção agrícola, o processamento de alimentos e os recursos naturais. E, no sítio, esses especialistas se transformam em camponeses-docentes, pois lidam com a formação de crianças e recriam no Campus costumes de trabalho, saúde e lazer da família camponesa. Além dos agricultores urbanos, atuam como monitores do sítio duas voluntárias da Pastoral da Criança e estudantes da UFMG, que também oferecem oficinas de formação.

O Sítio de Saluzinho é, portanto, um espaço de vivência rural para crianças urbanas. São dois hectares da UFMG usados para receber essas crianças, enriquecer o conteúdo das aulas das escolas públicas, valorizar os conhecimentos e as técnicas tradicionais, dar ocupação a agricultores(as) urbanos(as). Além disso, o espaço capacita estudantes universitários em atividades de extensão e estimula diálogos entre projetos da universidade.

PESSOAS DA CIDADE, EM GERAL, TÊM UMA VAGA IDEIA DO QUE É VIVER NO CAMPO. SE ISSO É VERDADE PARA A MAIORIA DA POPULAÇÃO URBANA, MAIS VERDADE AINDA É PARA AS CRIANÇAS URBANAS...

A PROPOSTA DO SÍTIO DE SALUZINHO

Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, nasceu em 1917, em Varzelândia, Minas Gerais, e faleceu em 1990, em Itacarambi, outra cidade mineira. Foi um camponês do norte mineiro que,



no tempo da ditadura, enfrentou fazendeiros que queriam tomar sua terra. Em dezembro de 1967, acuado numa gruta por policiais e jagunços, Saluzinho resistiu sozinho durante cinco dias. Entregou-se à Polícia Militar, foi preso, torturado e passou quatro anos em prisões de Montes Claros e Belo Horizonte. Nesse meio tempo, Saluzinho ficou sem esposa e filhos, que



morreram em consequência de torturas. Ao sair da prisão, já havia perdido o sítio. Sem família, morou de favor em áreas rurais de Januária e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, mas até o fim da vida reclamou seu direito à terra. A tenacidade da sua resistência transformou Saluzinho num símbolo da luta do agricultor norte-mineiro pela sua terra e pelos seus valores. Para que a história e a luta de Saluzinho não sejam esquecidas, a UFMG prestou-lhe homenagem ao batizar o sítio.

Além de prezar pela memória de Salustiano, o Sítio de Saluzinho tem a missão de valorizar o conhecimento e a experiência de agricultores, reunindo num mesmo espaço três personagens, cada um com um papel importante nas atividades desenvolvidas.

Em primeiro lugar, os docentes-agricultores urbanos. Todos eles são de origem rural, urbanizados nos anos 1960/1970 e praticam uma agricultura tradicional, agroecológica e territorializada, com raízes assentadas no acervo de conhecimentos e técnicas materiais da agricultura familiar norte-mineira. São pessoas que dispõem de um conhecimento enciclopédico sobre o mundo rural e que gostam de se lembrar de histórias, contar casos e criar técnicas. No sítio, encontram uma boa ocasião para multiplicar seus ensinamentos e conselhos – aqueles mesmos que gostam de dar para seus netos. A di-

ferença é que, no sítio, lidam com as informações de maneira sistemática, organizando conteúdos específicos que transformam em oficinas de 30 minutos de duração. Nestas, reúnem histórias, técnicas e experiências agrícolas, temperando tudo com muita sabedoria e prática.

O outro personagem é o Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG, que fica em Montes Claros. O ICA reúne boa parte do ensino e da pesquisa do rural e agrícola da universidade e, como toda instituição pública de ensino, deve dar um retorno para a sociedade – e não apenas para os estudantes que frequentam seus cursos – sob a forma de conhecimentos adaptados e inovadores das ações de extensão. O Sítio de Saluzinho proporciona ao ICA/UFMG uma presença mais ativa na sociedade que o abriga, diversifica sua rede de formadores, ao incluir agricultores urbanos, e expande seu público de trabalho por meio das parcerias com as escolas de ensino fundamental. Dessa forma, o sítio possibilita à UFMG inovar nas atividades de extensão, nas relações com a sociedade urbana e na valorização da diversidade cultural norte-geralista e camponesa de Minas Gerais.

Por fim, em terceiro lugar, estão as crianças do ensino fundamental das escolas públicas. Essas crianças, como foi visto, recebem em geral informações muito superficiais sobre

“ A OFICINA DO AGRICULTOR NO SÍTIO DE SALUZINHO ESTIMULA NAS CRIANÇAS A CURIOSIDADE INTERDISCIPLINAR



o mundo rural, as práticas agrícolas costumeiras, o ambiente e os recursos naturais. No Sítio de Saluzinho, esses assuntos são tratados na *toada* própria dos agricultores, que oferecem, junto com as oficinas, o sotaque, os gostos, os costumes e as técnicas do lugar. É por isso que, encontrando docentes camponeses no sítio, as crianças muitas vezes se sentem em casa, pois se remetem à sabedoria dos avós, reavaliando assim, noutra perspectiva, a sabedoria doméstica, que agora passa a ser validada tanto pelo agricultor como pela escola e pela universidade, que dedicam ao assunto todo um horário que é formalmente destinado ao aprendizado.

Além disso, a docência camponesa abre outras conexões com a escola, os professores e as disciplinas curriculares. Por exemplo: ilustra, na prática, os processos biológicos que são abordados nas aulas de Ciências quando mostra a brotação da planta que serve como alimento; dá novo sentido às aulas de Artes quando vincula segurança e soberania alimentar à cultura; dá corpo às aulas de Geografia quando permite o convívio direto com lavradores e processos produtivos. E, principalmente, a oficina do agricultor no Sítio de Saluzinho estimula nas crianças a curiosidade interdisciplinar, quando, por exemplo, trata ao mesmo tempo de assuntos como conservação da natureza e produção de alimentos, que envolvem conhecimentos de disciplinas escolares diferentes, mas que são tratados como unidade no enfoque holístico que é característico dos docentes camponeses.

As oficinas de formação abordam a lavoura, o corante, a cana-de-açúcar, as plantas de uso medicinal, a reciclagem. Todas têm, como pano de fundo, a cultura material do rural norte-mineiro, o(a) agricultor(a), a terra, o meio, os recursos, a pauta alimentar local, saudável, segura e soberana relacionada ao território. Ao valorizar os costumes, as técnicas e os alimentos tradicionais, o Sítio de Saluzinho vai além da transmissão de conhecimentos; busca, mesmo, é despertar o sentimento de pertencimento cultural ao território. A cultura se estende – no sentido que Paulo Freire

deu ao termo – ao se exercitar. E é por isso que, quando a docência e a disseminação de conhecimentos são conduzidas por camponeses, criam bases para outros conhecimentos, para novos saberes. Mas também desafiam a universidade a repensar seus métodos e a escala de valores que sustenta o conhecimento acadêmico.

Como a principal atividade de formação do Sítio de Saluzinho é a oficina conduzida por agricultores urbanos-docentes, a proposta acaba por criar um novo nexo entre a população urbana, as populações rurais tradicionais e a universidade. Os agricultores se tornam protagonistas no processo de troca de conhecimentos e se apropriam dos recursos didáticos característicos da academia – o direito privilegiado da palavra, o conhecimento apoiado nos títulos, a direção do processo de aprendizado. Em suma, os agricultores assumem o poder de professor na sala de aula e *invertem* alguns dos termos desse processo, ao estabelecer uma relação inculturadora e *doce* com as crianças. Eles mesclam a condição de mestres com a condição de discípulos, pois também fazem questão de aprender com as crianças; mesclam a formalidade da postura do professor que conduz uma aula com a irreverência que cabe nas relações entre netos e avós. E essa experiência de docência estimula indagações, novas propostas e novas dinâmicas que realimentam esse jogo entre camponeses urbanos e crianças saudosas do rural.

APRENDIZADOS

A rotina do Sítio de Saluzinho é muito simples: cada criança participa de quatro oficinas de meia hora, no período da manhã ou da tarde, abordando temas diferentes. Depois das duas primeiras, é servida a merenda, com quitandas artesanais e sucos de frutos da região. A curta duração das oficinas foi uma sugestão das crianças que participaram dos testes de rotina em 2013, pois sempre queriam fazer todas as oficinas e, para tanto, não poderiam ser muito longas. A merenda foi uma surpresa: nas oficinas de teste, a equipe percebeu que as crianças, trazendo merenda de casa, produziam meio litro de lixo per capita. Já a merenda artesanal, além de ser muito apreciada, não produz resíduos no sítio.

Merenda, transporte, deslocamento de monitores, tudo isso tem um custo. No caso do Sítio de Saluzinho, a experimentação tem sido financiada por duas agências: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Desde o começo dos anos 2000, as agências de fomento à pesquisa, lideradas pelo CNPq, vêm enfatizando a importância das atividades de extensão. Essa ênfase se transformou numa prática e em editais de fomento, e é por meio deles que a proposta se sustenta e tem horizonte de três anos, de 2014 a 2016, para experimentar.



Em 2014 – as atividades regulares começaram em fevereiro –, o Sítio de Saluzinho recebeu 1.680 crianças de seis escolas de ensino fundamental, que participaram de 220 oficinas durante todo o período letivo. Agricultores urbanos e voluntárias da Pastoral da Criança ofereceram a maioria delas; as demais foram conduzidas por estudantes da UFMG. As crianças cursavam principalmente os 3º, 4º e 5º anos, representando 80% de toda a frequência, na faixa de 8 a 10 anos de idade.

As oficinas abordam conteúdos diversos, sendo a reciclagem – de plásticos, alimentos e outros produtos de consumo – o tema mais recorrente (Tabela 1). Em seguida, mas também com muita frequência, está um tema caro às agricultoras urbanas e aos grupos de pesquisa da UFMG: o uso medicinal das plantas, que foi explorado sob vários aspectos, desde os cuidados com a saúde até a identificação dessas plantas e seu cultivo, mesmo em áreas muito pequenas. Com frequência igualmente elevada, aparecem os temas relacionados à segurança e à soberania alimentar: a lavoura tradicional norte-mineira e os cuidados com a alimentação, incluindo desde os costumes de plantio até o consumo de alimentos naturais e orgânicos, o preparo de temperos domésticos e os perigos do uso de venenos na produção de alimentos. Além disso, é destacada a biodiversidade: sementes, mudas, insetos e animais presentes na natureza e sua influência sobre a saúde, a qualidade de vida e a alimentação humanas. Por fim, há o tema que, de certo modo, resume a proposta do Sítio de Saluzinho: a oficina de brincadeiras tradicionais, que confere ao lugar sua característica de espaço de aprendizado lúdico, coroando as relações muito próximas que marcam as oficinas dos(as) agricultores(as) urbanos(as).

TABELA 1. TEMAS E NÚMERO DE OFICINAS OFERTADAS NO SÍTIO DE SALUZINHO EM 2014

TEMAS	NÚMERO
Reciclagem	48
Usos medicinais das plantas	44
Técnicas e produtos da lavoura	36
Alimentação saudável	26
Brincadeiras tradicionais	22
Sementes, mudas e biodiversidade	21
Conservação das águas	9
Sustentabilidade	9
Temas diversos	5

Fonte: Banco de dados do Sítio de Saluzinho, ICA /UFMG (2014)

No entanto, a equipe de coordenação, de apoio e os monitores descobriram rapidamente que não conseguem lidar com todo o estímulo ao aprendizado que as oficinas produzem. Tudo depende muito da capacidade dos(as) professores(as) para estimular a multiplicação daqueles saberes no retorno à sala de aula. Embora as oficinas sejam dirigidas às crianças, seus melhores resultados virão da atitude dos professores(as), que podem criar muitas in-

terfaces entre a oficina e a sala. Assim, o ganho em qualidade do aprendizado dependerá mais do empenho do(a) educador(a) do que propriamente dos oficinairos/monitores.

Por isso, tornou-se recomendável que a escola informe com antecedência os temas que estão sendo abordados naquela ocasião, de modo que as oficinas possam ser planejadas para complementar aqueles assuntos, respondendo a demandas das disciplinas de Geografia, Ciências ou Português. Da mesma forma, quando as crianças voltam à sala de aula, os temas das oficinas do Sítio de Saluzinho podem ser retornados e aprofundados. Por outro lado, a participação maior ou menor das crianças nas oficinas depende da maneira como a escola as prepara anteriormente para receber aquela experiência de conhecimento. E passa, também, pela maneira como a família da criança lida com o conhecimento tradicional. Nesse ponto, são recorrentes os exemplos citados por crianças de avós ou tios que vivem ou viveram no campo. Elas relatam que no sítio têm a oportunidade de rememorar essa sabedoria familiar, ao vê-la materializada no agricultor docente, que revela o segredo de mágicas, como a multiplicação da manaíba ou os mil-e-um usos possíveis da cana-de-açúcar. Portanto, validar, valorizar, reconhecer esses conhecimentos tem que ser também uma experiência cultural familiar e curricular. E é nesse sentido que a parceria com a escola e a família deve ser a base.

O Sítio de Saluzinho fornece um complemento, mas esse complemento pode ser decisivo para fortalecer atitudes, valorizar o pertencimento ao lugar. Na avaliação das oficinas feitas por crianças e professores, a visita ao sítio, ainda que sem esses complementos curriculares/familiares, sempre é considerada uma boa experiência. Mas é fundamental que o quadro se complete, para que a experiência densa de convívio com o rural tradicional se encontre com a cultura do território.

Embora possa parecer difícil estabelecer essas relações entre a proposta do Sítio de Saluzinho, a família, a escola e a cultura local, em Montes Claros, na realidade, não é. É um lugar de cultura e dieta locais muito ricas e próprias, com uma culinária baseada nos frutos nativos, nos temperos, no preparo muito particular dos alimentos, e isso se mistura com um sentimento muito forte de lugar específico, que então se combina com a proposta do sítio para fechar um circuito de valorização do rural e do pertencimento, que tem que estar sempre em construção.

**EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO
FLÁVIA MARIA GALIZONI
ANA PAULA GOMES DE MELO
PAULO SÉRGIO LOPES
ERNANE MARTINS
DALTON PEREIRA**

Professores(as) do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG
eduardomr@pq.cnpq.br

Este artigo, do mesmo modo que a proposta do Sítio de Saluzinho, foi apoiado pelo CNPq e pela Fapemig, aos quais os autores agradecem.

A Agroecologia contagia
a Juventude

Foto: Silvio Moriconi





AGROECOLOGIA URBANA

uma ferramenta de transformação social

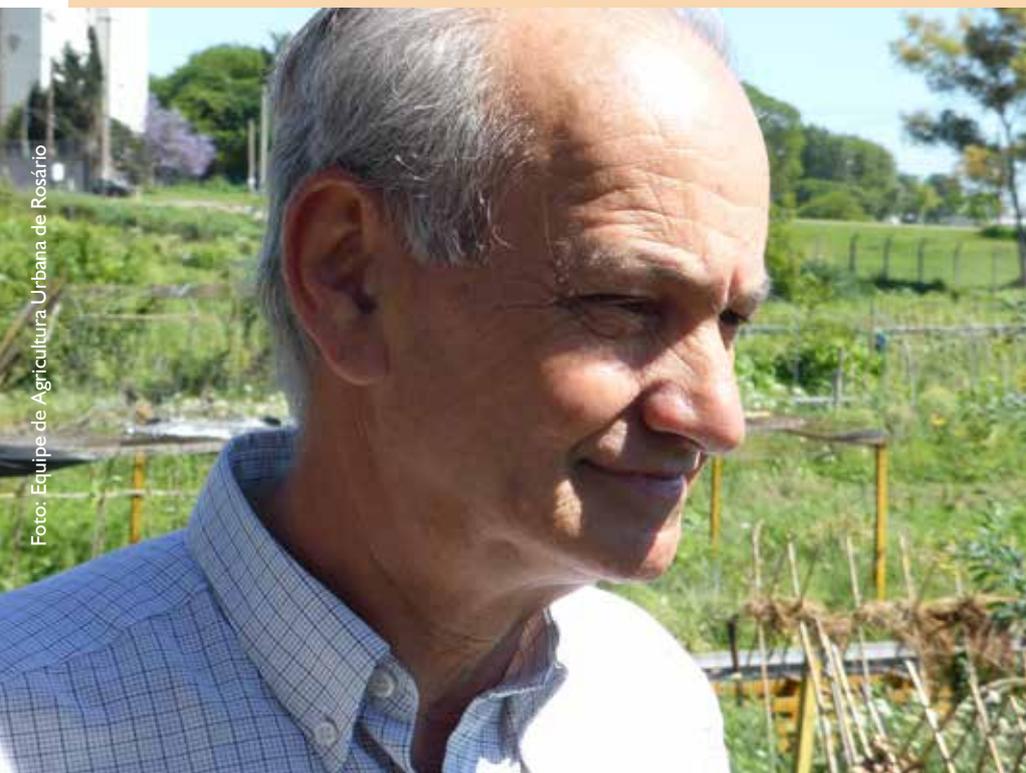
■ **Entrevista com Antonio Lattuca**
(por Teresa Gianella-Estrems e Teobaldo Pínzas)

Antonio Lattuca é o diretor do programa de agricultura urbana na cidade de Rosário, a 300 km a noroeste de Buenos Aires. O programa começou como uma resposta à crise econômica argentina de 2002, sendo construído a partir de iniciativas existentes que promoviam hortas entre as famílias e com as escolas. Atualmente é considerada como uma das experiências de agricultura urbana de maior sucesso na América do Sul. Ao articular grupos de consumidores, institutos de educação, políticas públicas e o movimento de gastronomia, a iniciativa tem sido inspiradora do emergente movimento de institucionalização de políticas para essa área em vários países da região.

QUAL FOI A PRINCIPAL MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA EM ROSÁRIO?

No final da década de 1990, havia um movimento emergente voltado para o desenvolvimento territorial. Ao observar os benefícios das hortas, o município se interessou em promover o desenvolvimento local e estabelecer uma política municipal inclusiva de agricultura urbana.

Com base em experiências de programas anteriores, que tinham como foco a Agroecologia em bairros pobres, definimos uma série de metas que iriam contribuir para que as famílias urbanas vulneráveis alcançassem a soberania alimentar. Queríamos melhorar as paisagens do bairro por meio da produção de alimentos orgânicos saudáveis e da criação de mercados que conectassem diretamente os agricultores e consumidores. Também buscamos identificar o potencial das pessoas desempregadas e garantir os direitos de posse à terra. Consideramos que um programa de agricultura urbana seria a forma mais adequada para atingir esses objetivos.



Antonio Lattuca, referência latinoamericana em agricultura urbana

POR QUE VOCÊS OPTARAM PELO ENFOQUE DA AGROECOLOGIA?

Queremos promover a produção agrícola sustentável como um meio de fomentar a transformação social e gerar condições para se *viver bem*. A Agroecologia tem a vantagem de usar tecnologias acessíveis, reduzindo a dependência a insumos externos. Os agricultores aprendem a produzir seus próprios insumos e gerir todo o processo de produção por conta própria.

QUAL É A ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA?

Atualmente, 1.500 agricultores produzem alimentos para o consumo de suas próprias famílias e outros 250 também vendem seus excedentes. E há vários tipos de agricultura urbana na cidade de Rosário. Alguns estão situados nos quintais das próprias famílias, em escolas ou parques públicos, bem como em 24 hectares de *terras sem uso*. Essa terra, que é propriedade do governo nacional, do município ou da empresa ferroviária, está dividida em parcelas de 600 a 2.000 m², sendo que é assegurada a posse às famílias interessadas.

ONDE E PARA QUEM OS PRODUTOS SÃO VENDIDOS?

Os agricultores urbanos de Rosário produzem os únicos vegetais e frutas agroecológicos amplamente disponíveis na cidade. Esse alimento pode ser comprado das próprias unidades agrícolas, nos mercados *livres de agrotóxicos* dos agricultores, através de sistemas de entrega de cestas ou quando se janta fora, já que alguns também vendem os seus produtos para restaurantes.

O mercado para os produtos do programa está se expandindo rapidamente e tem se transformado, passando de um nicho para um mercado de *massa*. Muitos esforços têm sido feitos para garantir que a parcela mais vulnerável da população possa produzir ou que tenha condições de adquirir frutas e legumes de qualidade. Por exemplo, famílias de um mesmo bairro podem se juntar e formar *clubes de trocas*.

COMO O PROGRAMA CONSEGUIU ESTABELECEER RELAÇÕES MAIS DIRETAS ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES?

Durante seus 13 anos, o programa construiu uma relação de confiança entre o Estado, os agricultores urbanos e os consumidores. A *Red de Huerteros* (rede de horticultores) de Rosário tem sido muito ativa nesse aspecto. Já a *Rede Vida Verde*, de consumidores, organiza visitas a unidades produtoras e garante a compra dos legumes antes da colheita, sendo que muitos membros participam assiduamente de *almoços saudáveis* mensais, uma ideia que partiu dos agricultores.

TRATA-SE DE UMA EXPERIÊNCIA UNICAMENTE URBANA OU HÁ PRODUTORES RURAIS ENVOLVIDOS?

Estamos envolvidos ativamente no Fórum Nacional de Agricultura Familiar, que ajudou a criar a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar em julho de 2014. A experiência positiva em Rosário foi um dos motivos que fizeram com que os agricultores urbanos de pequena escala fossem reconhecidos por essa nova instituição. Isso é importante, uma vez que lhes permite serem registrados no Cadastro Nacional de Agricultores Familiares, o que lhes confere o direito a benefícios em termos fiscais e previdenciários.

Nós trabalhamos com agricultores da região periurbana de Rosário, mas também com aqueles das áreas rurais e com várias associações e técnicos de Agroecologia. Através do Centro de Estudos de Produções Agroecológicas de Rosário (Cepar), também estamos ligados a redes de agricultores orgânicos na Argentina e ao Movimento Agroecológico Latino-Americano (Maela). Nos últimos anos, tem ganhado força um movimento a favor da criação de zonas livres de agrotóxicos no entorno das cidades na região das terras altas, onde Rosário está localizada, e o nosso programa tem se destacado como um ponto focal.

Entre os participantes, aqueles com um histórico de produção agrícola rural têm conseguido compartilhar e promover seus conhecimentos agroecológicos, especialmente os relacionados à melhoria dos solos e ao manejo de pragas.

DE QUE FORMA AS MULHERES E OS JOVENS ESTÃO ENVOLVIDOS?

Através de oficinas e outras atividades, nós conscientizamos a população sobre a necessidade de mudar as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. As mulheres estão à frente da rede e representam 65% de todos os envolvidos. Elas participam de todas as atividades, envolvendo as hortas, o processamento e a gestão, além de assumirem um papel de liderança na comercialização nos mercados locais.

Acreditamos que os agricultores horticultores devem estar no nível mais alto da hierarquia social, porque sem comida, não há nada. No entanto, a nossa sociedade ainda não valoriza devidamente o trabalho dos agricultores. Nós fazemos um esforço para melhorar a imagem dos agricultores e horticultores, apresentando-os como guardiões do meio ambiente. Essa valorização ajuda a tornar a agricultura urbana mais atraente para os nossos jovens.

Os jovens participam cada vez mais ativamente do programa. Hoje, cerca de 140 estão se capacitando para se tornar agricultores urbanos. Alguns são membros de cooperativas que oferecem serviços de hortas ecológicas. Outro grupo de jovens oferece cursos sobre hortas de vegetais e há também aqueles que dão aulas para as crianças da escola no centro da cidade. Esse último trabalho é particularmente importante porque incentiva a interação entre os jovens dos bairros mais pobres e os das áreas mais ricas do centro da cidade.

E COMO SÃO REALIZADAS AS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E VÍNCULOS COM AS ESCOLAS E AS UNIVERSIDADES?

Formação e capacitação de longo prazo estão no cerne do nosso trabalho. A aprendizagem começa no campo e é com-

plementada com oficinas, encontros, intercâmbios, excursões, seminários e congressos. Nós valorizamos toda a sabedoria e os conhecimentos associados às práticas agrícolas.

Criamos uma escola móvel que tem como foco as práticas ecológicas de produção agrícola. Dezoito pessoas já receberam seus certificados e ainda este ano um segundo grupo será formado. O certificado abre oportunidades para que elas trabalhem como especialistas em agricultura ecológica.

O programa foi incorporado em 40 escolas que têm hortas para promover a alimentação saudável e o cuidado com o meio ambiente. Também conduzimos muitas atividades em diferentes faculdades da Universidade de Rosário, incluindo as Faculdades de Ciências Agrárias, Arquitetura, Medicina e Engenharia Civil.

COMO VOCÊS COMPARTILHAM SUA EXPERIÊNCIA?

Nossa experiência pioneira inspirou outras iniciativas de agricultura urbana em toda a Argentina, em Morón, Mar del Plata, Rio Cuarto, Corrientes, Tucumán e Santiago de Estero. E nós também inspiramos outras cidades latino-americanas que estão agora implementando iniciativas similares, incluindo Lima, no Peru, Belo Horizonte e Guarulhos, no Brasil, e Bogotá, na Colômbia.

Gestores públicos, técnicos e profissionais de outras cidades já nos visitaram para aprender e adaptar as nossas experiências a suas realidades. Muitos vêm durante a Semana de Agricultura Urbana chamada RAICES (Raízes: Redes, Alimentos, Inclusão, Cultura, Ecologia, Solidariedade) que organizamos há 12 anos. Nossos agricultores e membros da equipe também participam ativamente de outros eventos.

O QUE TORNA O PROGRAMA TÃO RELEVANTE?

Embora trabalhemos essencialmente com agricultura urbana, nosso programa é fortemente focado em questões sociais, tais como desenvolvimento territorial, Agroecologia, inclusão social e proteção ambiental. O programa tem construído pontes entre o rural e o urbano, entre os setores público e privado e entre os agricultores, os consumidores e a sociedade civil como um todo. E, em particular, nós temos ajudado a transformar a imagem dos agricultores, tornando-a positiva. Agora, os agricultores estão sendo reconhecidos em Rosário como guardiões da terra e das nossas paisagens. E, talvez, o mais importante, a juventude, os agricultores do futuro, foram contagiados pela Agroecologia, enxergando-a como uma ocupação inovadora.

Para mais informações, acesse:
www.agriurbanarosario.com.ar ou
twitter.com/AgriUrbanaRosar

Ao lado: preparando a terra para o estabelecimento das hortas



Foto: Equipe de Agricultura Urbana de Rosário

A agricultora Cristina no ponto de venda dos agricultores urbanos cariocas em Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro

Foto: Helena Cooper



CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro

■ Morgana Mara Vaz da Silva Maselli

À

medida que os agricultores e as áreas agrícolas vão sendo afastados das cidades pelos processos de industrialização e urbanização, os laços sociais que mantêm as comunidades rurais unidas e que conectam campo e cidade vão se desintegrando. Ao mesmo tempo, é desencadeado um processo de dissociação entre a origem dos alimentos e a natureza, fazendo com que os consumidores urbanos deixem de considerar de onde vêm seus alimentos e os processos naturais envolvidos em sua produção (STEEL, 2008).

A agricultura marca presença na cidade do Rio de Janeiro em diferentes bairros e com práticas muito variadas. Um mapeamento realizado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (Consea-Rio), em 2011, identificou mais de 200 experiências conduzidas pelo poder público e pela sociedade civil. São hortas escolares, comunitárias, institucionais, hortos ou agroflorestas, quintais urbanos, grupos de assessoria, iniciativas de consumo (feiras ecológicas, grupos de consumidores, atividades culinárias) e comunidades de agricultores familiares. No entanto, essas iniciativas, em sua maioria, estão isoladas entre si, possuem pouca visibilidade pública, são descontínuas e carecem do apoio de políticas públicas.

Diante desse contexto de diversidade e adversidade, enfocamos neste artigo as experiências dos agricultores familiares presentes no entorno dos Maciços da Pedra Branca e do Mendanha, Zona Oeste do município, e suas ações voltadas à venda da produção por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A AGRICULTURA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

A área rural do município do Rio de Janeiro, assim como dos demais municípios da Região Metropolitana, vem sofrendo drástica e sistemática redução ao longo dos anos, principalmente devido ao avanço da urbanização e à ausência de apoio oficial. Na Zona Oeste, a paisagem rural deu lugar a loteamentos urbanos periféricos impulsionados pela especulação imobiliária, pela política de remoção de favelas das áreas nobres da cidade para a periferia, pela implantação de polos industriais, entre outros. Dessa forma, a produção agrícola ainda existente na cidade, eminentemente de base familiar, vem sendo marginalizada.

Do ponto de vista normativo, não existem áreas consideradas rurais na cidade do Rio de Janeiro. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município, de 2011, indica que o território do município é integralmente urbano. Sendo assim, a agricultura praticada nessa cidade pode ser dita agri-

cultura urbana, categoria de identificação abraçada por boa parte dos agricultores e utilizada na reivindicação de direitos, por meio das mobilizações promovidas pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau).

Nesse sentido, os Planos Diretores se configuram como um instrumento político de extrema importância e arena de disputas de interesses locais sobre o uso da terra e sobre a orientação das políticas públicas. As reivindicações da Rede Cau nos espaços de controle social visam alterar a redação do Plano, enfatizando a existência oficial de áreas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro, de forma a garantir o reconhecimento político e a permanência dos agricultores em suas terras para a prática agrícola.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE levantados em 2006 evidenciam a relevância da agricultura na cidade. Concentrando 53% da população da Região Metropolitana, o município do Rio de Janeiro apresenta 1.055 estabelecimentos agrícolas, sendo 790 da agricultura familiar. Segundo a Emater-RJ, esses estabelecimentos responderam pela maior produção agrícola colhida dentre os municípios da Região Metropolitana no ano de 2010.¹

Desde os anos 1960, são raras as iniciativas de órgãos públicos que tratam diretamente do tema, oferecendo capacitação e assistência técnica, e os espaços tradicionalmente voltados para essa finalidade, como a Fazenda Modelo, estão subutilizados, sem recursos e sem pessoal.

Recentemente, em meados de 2013, após pressões dos agricultores e de organizações da sociedade civil, foi criada a Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar (Seab), que tem como objetivo promover a Política Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesqueira, Aquicultura, Abastecimento e Segurança Alimentar no município do Rio de Janeiro.

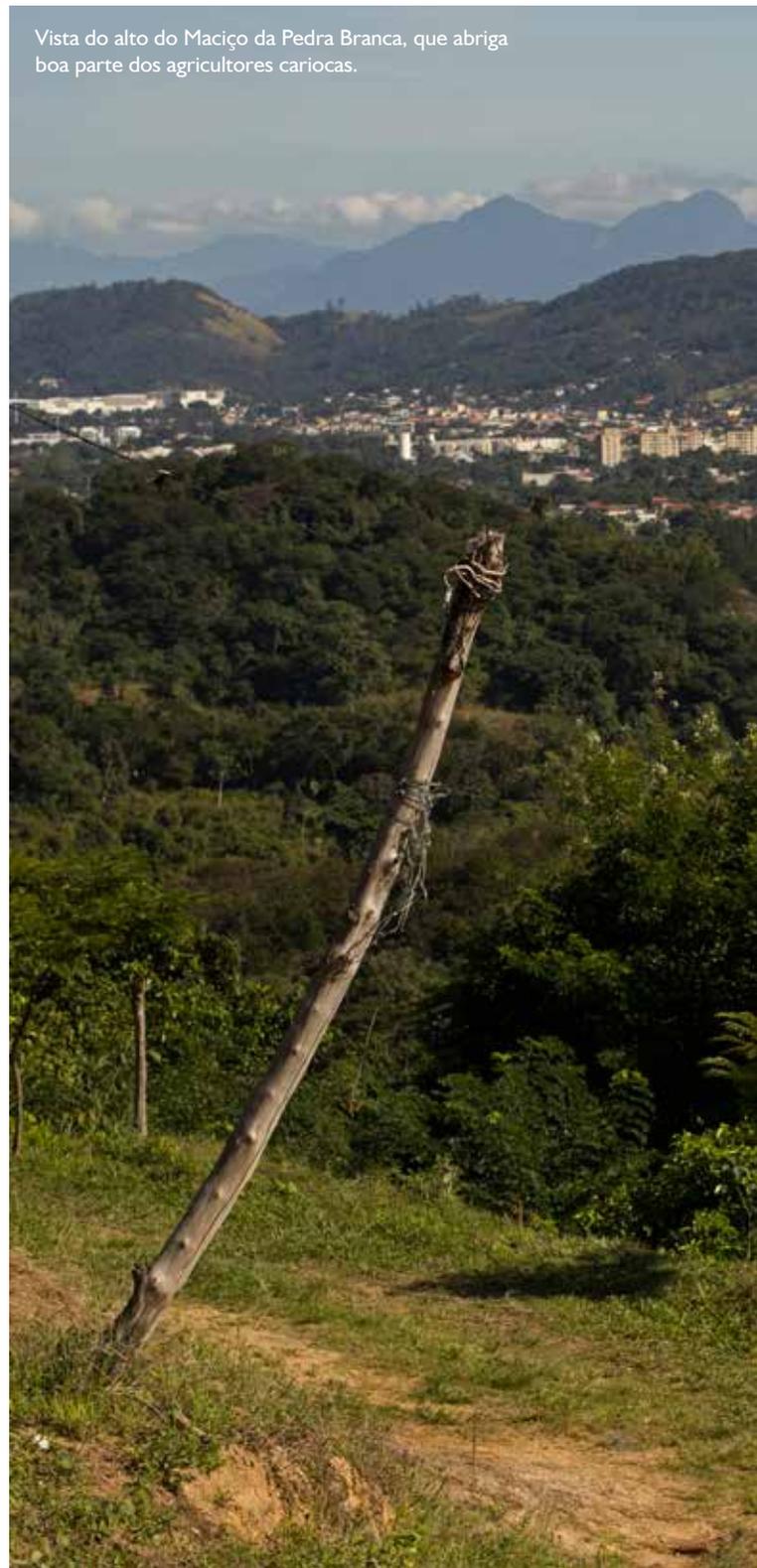
Embora o cenário das políticas públicas não seja favorável, uma rede de atores não governamentais vem trabalhando intensamente para que a agricultura na cidade do Rio de Janeiro se mantenha, cresça e ganhe visibilidade. Muito tem sido feito no sentido de possibilitar o acesso desses agricultores a novos mercados, institucionais ou não, assim como para facilitar o acesso dos consumidores aos produtos oriundos da agricultura familiar local.

O Consea-Rio tem procurado também estabelecer um diálogo com diferentes esferas do poder público municipal, incentivando, por exemplo, a criação de uma Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional na Câmara Municipal.

A eleição do agricultor Francisco Caldeira como presidente do Consea-Rio, em março de 2014, expressa o quanto o tema ganhou espaço na esfera institucional, sendo pautado intensamente nos últimos anos na agenda do conselho, ampliando a discussão sobre o potencial da agricultura urbana do municí-

¹ EMATER-RJ. Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola, 2010.

Vista do alto do Maciço da Pedra Branca, que abriga boa parte dos agricultores cariocas.



pio para as ações de segurança alimentar e nutricional (SAN). Durante a IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro, realizada em junho de 2015, o tema foi central nos debates, e a mobilização culminou com a eleição de três delegados, além do presidente, para a conferência estadual, representando a Rede Cau.

Uma das principais reivindicações dos agricultores do município é o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar,



Foto: Helena Cooper



AS REIVINDICAÇÕES DA REDE CAU VISAM GARANTIR O RECONHECIMENTO POLÍTICO E A PERMANÊNCIA DOS AGRICULTORES EM SUAS TERRAS PARA A PRÁTICA AGRÍCOLA

bem como o acesso aos mercados institucionais, especialmente o Pnae, que permite o incremento da comercialização e a ampliação do debate sobre agricultura, alimentação e saúde junto aos jovens do município.

O PNAE E AS ESPECIFICIDADES DO RIO DE JANEIRO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foi implantado em 1955, visando, entre outros aspectos, promover a formação de hábitos alimentares saudáveis no público escolar por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições no ambiente escolar. Em 2009, com a aprovação da Lei nº 11.497, as diretrizes do Pnae se aproximaram ainda mais da implementação das políticas de SAN e desenvolvimento sustentável, ao alterar a forma de aquisição de alimentos. Essa lei incluiu a obrigatoriedade de estados e municípios destinarem, no mínimo, 30% dos recursos da alimentação escolar à compra de produtos da agricultura familiar local.

Essa mudança tem sido vista como um marco nas políticas públicas de SAN, tanto pelo efeito positivo sobre os beneficiários do Pnae como pelo fomento oferecido aos agricultores familiares. A partir de então, abriu-se um leque de possibilidades para que os gestores do programa o operacionalizassem, colaborando para o estreitamento da cadeia de abastecimento alimentar, aproximando produtores e consumidores e fortalecendo os pequenos produtores rurais. No entanto, a sua implementação ainda é problemática em muitos municípios. Segundo Triches (2010), a maior parte deles ainda utiliza os recursos para adquirir os gêneros alimentícios de fornecedores grandes e especializados.

Para Belik e Siliprandi (2012), a alta taxa de residentes em áreas urbanas precisa ser levada em conta quando do planejamento de programas de desenvolvimento rural que almejem o abastecimento de grandes cidades, como é o caso do Pnae. Afinal, a aplicação dessa lei nos grandes municípios enfrenta



Foto: Adriana Galvão Freire

Jorge Cardia em sua propriedade na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Feira Orgânica de Guapi



Foto: Helena Cooper

diversas dificuldades de logística para o abastecimento das escolas: elevado número de pontos de entrega, problemas de transporte, armazenamento dos produtos, manipulação adequada dos alimentos, etc.

Outro aspecto a ser considerado é a discrepância entre a demanda de abastecimento e o número de agricultores locais no município. Com o processo de desagregação da agricultura, as áreas produtoras vêm se afastando cada vez mais dos consumidores, sendo, portanto, preciso fazer uma relativização do conceito de local. Como destacam Belik e Siliprandi (2012), devido à desativação da agricultura, *boa parte dos produtos consumidos no programa terá que vir, necessariamente, de outras regiões produtoras, dada a magnitude da demanda. O programa pode, no entanto, ajudar no desenvolvimento de regiões próximas aos grandes centros, sem que tenham que ser oriundos, necessariamente, da área rural do próprio município* (BELIK; SILIPRANDI, 2012, p. 66).

Inserida nesse cenário de grande urbanização da Região Metropolitana, a cidade do Rio de Janeiro encontra muitos obstáculos para efetivar a compra de produtos da agricultura familiar para as suas mais de 1.600 unidades escolares municipais. Além das dificuldades de se enfrentar os grandes empresários do setor de alimentos e para resolver as burocracias internas à prefeitura, a implementação da compra da agricultura familiar esbarra em dois entraves principais no município.

O primeiro deles é a dificuldade dos agricultores para acessar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ponto que tem sido alvo de intensas reivindicações. A Emater-RJ, instituição que emite este documento na região, alega tanto a falta de técnicos como o fato de os agricultores estarem em área urbana e terem também renda oriunda de atividades não agrícolas. Dessa forma, a inserção dos agricultores do município nos mercados institucionais fica inviabilizada.

Para se ter ideia da dimensão do problema, uma das primeiras DAPs para um agricultor do Maciço da Pedra Branca foi emitida apenas em junho de 2012, mediante grande esforço de entidades da sociedade civil e dos agricultores. Pedro Mesquita, agricultor da Agrovargem, foi, por isso, o primeiro agricultor carioca a conseguir realizar uma venda para o Pnae, em setembro de 2012, sendo que essa venda foi feita para uma escola estadual.

Já o segundo entrave está relacionado ao fato de a aquisição de gêneros alimentícios para as escolas da rede municipal ser



Pedro Mesquita e Cristina no Tira-Caqui em Vargem Grande, 2015

feita de forma centralizada pela Secretaria Municipal de Administração (SMA). Para participar das chamadas públicas, os interessados devem se inscrever no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Rio de Janeiro, órgão responsável por todas as compras institucionais, sejam alimentos ou não. De acordo com as informações disponibilizadas no site do órgão, cobra-se do Grupo Formal de agricultores uma série de documentos que extrapola as exigências estabelecidas na Lei nº 11.497/09 e nas resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que regulamentam o tema.

Diante disso, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Consea-Rio, junto com os agricultores, têm cobrado regularmente do governo municipal a eliminação desses entraves e o cumprimento da lei. Algumas mudanças começam a acontecer. Em março de 2015, a prefeitura realizou o evento *Fornece Rio*, quando foram esclarecidas dúvidas sobre o processo de compra para o Pnae, a elaboração das chamadas públicas e o cadastramento de agricultores. No entanto, durante o evento, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) orientou a prefeitura a realizar compras apenas através de DAPs jurídicas, excluindo os agricultores individuais. Segundo o MDA, somente uma cooperativa com sede no município possui esse documento, mas ela representa agricultores de todo o estado, e não do município, inviabilizando a participação dos produtores locais.

Essa problemática foi debatida durante as atividades preparatórias para a IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o que gerou a abertura de um novo canal de diálogo entre a prefeitura e os agricultores do mu-



EM QUE PESEM OS AVANÇOS CONQUISTADOS, OS DESAFIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AINDA SÃO GRANDES. SEM DÚVIDA, ESSES DESAFIOS NÃO SERÃO TRANSPOSTOS SEM A FORÇA PROVENIENTE DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES E CONSUMIDORES

nicípio para superar essa barreira. Negociações têm sido feitas no sentido de criar uma chamada diferenciada para as escolas da Zona Oeste do município, inicialmente, dada a sua proximidade com as áreas agrícolas.

Já no âmbito das escolas da rede estadual de ensino, os recursos do Pnae são descentralizados, o que confere mais autonomia ao gestor de cada unidade escolar. Estando mais livres dos processos burocráticos, as escolas estaduais podem realizar mais facilmente a compra da agricultura familiar dentro dos critérios estabelecidos pela lei, sem impor entraves ao agricultor.

Vimos que, se de um lado, o mercado do Pnae representa uma grande conquista para os agricultores, por outro, traz um desafio para as organizações produtivas dos agricultores. O programa é bastante complexo, com muitos atores e instituições envolvidos em sua execução. Para garantir o sucesso da inserção da agricultura familiar e identificar as melhores formas de comercialização dos produtos nesse mercado, é preciso compreender essas complexidades e as especificidades de cada região.

Nas regiões metropolitanas, esses desafios se tornam ainda mais intensos, pois, com o elevado grau de urbanização, o número de agricultores familiares locais é reduzido. Assim, ainda que essas regiões apresentem condições específicas de um mercado institucional de grande porte, elas não abrigam uma quantidade de agricultores familiares capaz de atender à demanda.

Os atores locais envolvidos na implementação do programa (consumidores, produtores e gestores públicos) detêm o poder de construir novas formas de interação entre os diferentes elos da cadeia e, assim, produzir mudanças em diferentes níveis. Em que pesem os avanços conquistados, os desafios na cidade do Rio de Janeiro ainda são grandes. Sem dúvida, esses desafios não serão transpostos sem a força proveniente da mobilização social de agricultores e consumidores.

MORGANA MARA VAZ DA SILVA MASELLI

Historiadora, mestranda do Programa de Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ
morganamaselli@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BELIK, W; SILIPRANDI, E. A agricultura familiar e o atendimento à demanda institucional das grandes cidades. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Projeto Nutre SP**: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.
- STEEL, Carolyn. **Hungry City**: how food shapes our lives. Londres: Vintage Books, 2008.
- TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar. 2012. 297 f. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre.

AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE:

um modelo que prospera
na China

■ Judith Hitchman



Comunidade que Sustenta a Agricultura (Community Supported Agriculture, CSA) é um movimento internacional que configura um dos melhores exemplos de sucesso de um sistema alternativo de distribuição de alimentos, proporcionando renda real para produtores e alimentos saudáveis a preços acessíveis para consumidores. Os alimentos continuam a ser cultivados em áreas periurbanas e a confiança entre produtores e consumidores é fortalecida. E a China não ficou para trás nesse movimento global: mais de 800 CSAs com 100 mil consumidores estão agora contribuindo para novos sistemas alimentares em mais de uma dúzia de cidades em todo o país.

Alimentar as cidades em crescimento do mundo tornou-se cada vez mais difícil ao longo dos últimos 50 anos. Migrantes do campo costumavam receber suprimentos enviados por suas famílias ou compravam de agricultores locais em mercados de esquina. Mas muitos desses costumes desapareceram, substituídos pela agricultura industrializada e por produtos padronizados, corporações multinacionais e supermercados. Se considerarmos também a necessidade premente de lidar com as mudanças climáticas e a transição energética, torna-se evidente que temos de fazer tudo o que for possível para preservar as terras agrícolas, particularmente as próximas das grandes cidades. Para tanto, é preciso desenvolver sistemas alimentares alternativos que fomentem a produção sustentável de alimentos seguros, saudáveis e acessíveis para todos. Esse é o contexto no qual surgiu o movimento Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): um modelo alternativo de agricultura e distribuição de alimentos,



Foto: J. Hitchman

Shi Yan e seu marido Cheng na fazenda Shared Harvest

de base local, em que os consumidores se comprometem a apoiar uma ou mais propriedades rurais locais e compartilhar os riscos e benefícios da produção de alimentos de qualidade.

Os consumidores chineses, em particular os da nova classe média, anseiam não só por novos alimentos, mas também por novos sistemas alimentares. Diante dos diversos escândalos envolvendo alimentos produzidos em grande escala, a segurança alimentar desponta como uma grande preocupação para o governo e os consumidores. A confiança na agricultura industrial também vem sendo abalada por questões referentes à poluição, aos agrotóxicos e aos fertilizantes químicos. Muitas pessoas estão comprando alimentos rotulados como orgânicos, sendo que, nos últimos sete anos, cada vez mais pessoas estão se juntando a grupos de CSA. Embora seja um fenômeno relativamente novo na China, já existem cerca de 800 CSAs, com uma adesão de cerca de 100 mil consumidores. E esses números estão crescendo rápido! Os cidadãos e agricultores envolvidos nessas iniciativas criaram uma rede nacional para poderem compartilhar conhecimentos e outros recursos, além de fazerem parte do *Urgenci*, a rede global de CSA.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA NA CHINA

Em 2008, Shi Yan, uma acadêmica de fala mansa, mas bastante determinada, da Universidade de Renmin, em Pequim, ajudou a criar uma dos primeiros estabelecimentos de CSA da China chamada Little Donkey (Pequeno Jumento, em tradução livre). Foi uma iniciativa conjunta entre a sua universidade, o governo distrital e o Centro de Reconstrução Rural de Renmin.

Shi Yan se tornou a principal operadora do estabelecimento. Ela tinha sido inspirada por sua experiência em 2008, quando trabalhou com a Earthrise Farm (Fazenda Nascer da Terra, em tradução livre), uma pequena CSA situada em Minnesota, EUA. *Aquilo mudou a minha vida*, diz Shi Yan. Ela chegou à fazenda com a intenção de estudar seu modelo de negócio, mas *ao viver lá, percebi que não se trata de apenas um modelo, é um estilo de vida. E, embora eu estivesse preocupada com questões rurais, eu nunca pensei sobre como é a vida em uma aldeia*. Mas, há sete anos, ela mudou-se para a porção mais a noroeste do distrito de Haidian em Pequim para administrar o estabelecimento, contrariando a tendência na qual jovens estão abandonando áreas rurais para buscar empregos nas cidades.

Little Donkey contrariou outra tendência na agricultura chinesa. Os agricultores chineses figuram hoje entre os que mais utilizam insumos químicos no mundo, mas o cultivo em Little Donkey é feito sem qualquer produto químico. Apesar de não serem certificados como orgânicos, devido aos elevados custos da certificação, eles não usam nenhum tipo de fertilizantes químicos ou agrotóxicos. Para obter solos saudáveis, utilizam conhecimentos e técnicas oriundos de práticas tradicionais e da permacultura, além de princípios da *agricultura natural* do agricultor sul-coreano Han Kyu.

Os membros da fazenda Little Donkey participam com *cotas de trabalho* ou *cotas regulares*. Aqueles com uma cota de trabalho alugam uma área de 30 metros quadrados e recebem todos os insumos materiais (como sementes e fertilizantes orgânicos), ferramentas e assistência técnica para cultivar seus próprios vegetais. Aqueles com uma cota regular se inscrevem para obter um suprimento semanal de produção sazonal. Eles podem pegar os produtos na fazenda, nos mercados e restaurantes da cidade, mas também podem recebê-los em casa. A maioria dos pagamentos é feita on-line. A Little Donkey conta atualmente com cerca de 700 membros, a maioria deles moradores da cidade de Pequim. O estabelecimento também é utilizado para cursos de capacitação e pesquisa, além de ser um centro de atividades comunitárias, com a possibilidade de organizar visitas e demonstrações de agricultura ecológica.

MAIS QUE PRODUÇÃO E CONSUMO

Shi Yan recentemente deixou a Little Donkey e agora trabalha em outro estabelecimento, a Shared Harvest (Colheita Compartilhada, em tradução livre), com o marido e os sogros. A família aluga uma terra da autoridade da aldeia. Eles empre-

O QUE É COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA?

O modelo CSA nasceu no Japão, onde, na década de 1970, como resultado da contaminação por mercúrio (o famoso desastre de Minamata), um grupo de donas de casa japonesas começou a comprar seus alimentos diretamente dos agricultores orgânicos. Essa iniciativa ficou conhecida como Teikei, e a rede até hoje continua a crescer no Japão. O movimento adquiriu abrangência global com a rede *Urgenci*, que congrega diversas redes nacionais, reunindo atualmente bem mais de um milhão de pessoas, tanto produtores como consumidores.

Existem também muitos milhares de grupos que não fazem parte de redes, especialmente nos EUA.

Em uma CSA os consumidores se comprometem a comprar de um produtor ou grupo de produtores, sendo que o compromisso implica comprar com regularidade e por pelo menos toda uma estação produtiva. Isso significa que eles compartilham os riscos e benefícios daquele determinado período de produção. Em geral, o pagamento é feito antecipadamente, mas pode variar, para permitir que aqueles em pior situação econômica também tenham a possibilidade de consumir frutas e legumes frescos e saudáveis.

Os sistemas de distribuição variam entre os países e até mesmo de um grupo para outro. Em alguns casos, as caixas são preparadas nos estabelecimentos, e há uma série de pontos de coleta na cidade. Em outros, os consumidores se envolvem muito mais, ajudando a plantar, cuidar, colher, embalar ou distribuir.

O clima é de bom humor e trocas, e é dessa forma que se constrói o espírito de comunidade. Muitos grupos também organizam festivais especiais e boletins informativos para manter seus consumidores informados.

gam 25 pessoas, sendo a maioria formada por jovens que estudaram agricultura na universidade e estão motivados a viver uma vida mais comunal e plena, assim como anseiam praticar o conhecimento que adquiririam ao estudar.

A CSA Shared Harvest reúne 500 famílias, quatro grupos de pais de escolas locais e clubes e restaurantes orgânicos de Pequim. Outro aspecto que contribui para a construção das relações comunitárias é a Earth School (Escola da Terra, em tradução livre), aonde as crianças da escola vão para aprender sobre agricultura ecológica e o meio ambiente, sobre o cultivo e sobre a aparência real dos alimentos. Com a intenção de nutrir esse espírito de comunidade, Shi Yan também montou um ponto de troca de roupas em seu estabelecimento. Além disso, em novembro de 2015, a rede nacional de cerca de 500 grupos realizará sua conferência anual na área, incluindo visitas à área dela. Essa conferência também será realizada logo em seguida à conferência da rede *Urgenci International*, com mais de 50 participantes internacionais. É possível obter informações sobre todas essas iniciativas no blog mantido por Shi Yan, que é bastante acessado.

NOVOS AGRICULTORES

Desde 2008, mais CSAs surgiram na China. E o que as torna tão populares? Além do fato de os consumidores descobrirem que a CSA representa o sistema de alimentação alternativo que estão buscando, outra grande razão pela qual o modelo está decolando é porque ele oferece a jovens instruídos, os chamados *novos camponeses* ou *novos agricultores*, uma oportunidade para voltar às suas raízes. Jovens formados e

COM A ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NA TERRA NAS ALDEIAS, AS CSAs FORAM RECEBIDAS DE BRAÇOS ABERTOS

qualificados que deixaram o campo para estudar estão se desiludindo com as luzes brilhantes e a vida na cidade. E estão cada vez mais optando por regressar às suas aldeias. Cuidar de familiares idosos é outra razão que faz muitos jovens chineses escolherem voltar às suas aldeias, já que muitas vezes os avós são deixados sozinhos quando seus filhos e netos vão trabalhar nas cidades. Esses *novos agricultores* lideram muitas CSAs da China, sendo que o mesmo ocorre no resto do mundo. Em muitos casos, chegam até mesmo a deixar para trás um emprego estável e um bom salário nas cidades.

Liu Yueming faz parte desse grupo de novos agricultores. Ela se mudou para Pequim e se formou como bióloga, mas depois de trabalhar lá por algum tempo, decidiu voltar para o estabelecimento rural da sua família em 2010. Ela explicou que esse movimento lhe permitiu estar mais perto de seus avós, além de permitir que passe mais tempo com seu próprio filho. Em seu estabelecimento de oito hectares, Liu emprega 15 pessoas, a maioria da aldeia local. Metade da terra é arrendada da autoridade da aldeia por meio de um contrato de 30 anos, e a outra metade é alugada de diferentes famílias aldeãs. Ela começou a trabalhar com 20 famílias, contando apenas com uma estufa de polietileno mal conservada, mas, com o apoio do governo, agora tem mais sete. Hoje, 400 famílias que vivem nas proximidades podem escolher semanalmente entre quatro caixas de diferentes vegetais, por períodos de seis ou 12 meses. Grande parte da comunicação entre os membros e a fazenda é feita via Weibo, a versão chinesa do Facebook.

TERRAS PERIURBANAS PROTEGIDAS

Assim como Liu Yueming, novos agricultores geralmente podem alugar terras adicionais, seja de outras famílias ou das autoridades locais. Na verdade, com a escassez de mão de obra para trabalhar na terra nas aldeias, as CSAs foram recebidas de braços abertos. Em toda a China, é comum encontrar terras periurbanas protegidas destinadas à agricultura, o que contribuiu para a disseminação de CSAs. Isso possibilita o acesso a alimentos orgânicos frescos e constitui um modelo que torna viável a volta dos novos agricultores ao campo.



Foto: Jan Douwe van der Ploeg

Membros da CSA colhendo cenouras na fazenda Little Donkey

MERCADOS DOS AGRICULTORES

A maior parte do que Liu cultiva é destinada a alimentar a comunidade local, mas ela vende o excedente no Mercado dos Agricultores de Pequim, um dentre uma dúzia que existem em toda a China operando em conjunto com as CSAs. O gerente do mercado faz acordos com os agricultores que vendem os seus próprios produtos. Os clientes desses mercados são principalmente da nova classe média chinesa e de origem estrangeira, que buscam alimentos de alta qualidade, frescos e cultivados organicamente, mas que não querem se comprometer a participar de uma CSA. A certificação ainda não é comum, mas a rede chinesa está em processo de criação de um sistema participativo de garantia.

A situação legal dos mercados dos agricultores é incerta. Teoricamente, os

mercados precisam de uma autorização, mas, ao mesmo tempo, os agricultores têm a permissão para vender os seus produtos livremente. Outra questão, pelo menos em Pequim, é que caminhões refrigerados devem ser utilizados para o transporte de todos os alimentos para a cidade, e os agricultores próximos a Pequim agora trabalham em conjunto para transportar sua produção para o mercado dessa forma.

O QUE O FUTURO RESERVA?

É impossível saber como o movimento de CSAs irá evoluir na China, mas o governo está observando o modelo atentamente, considerando-o como um potencial fornecedor de alimentos seguros e saudáveis para as cidades. Mas o governo também poderia favorecer outras formas de produção, nomeadamente, parcerias com empresas privadas. No entanto, o número de grupos como esse cresce a cada ano, provando que esse sistema alimentar, envolvendo agricultores, consumidores e autoridades locais, é popular. Shi Yan é um exemplo de pessoas que têm conseguido progredir muito, com o apoio institucional, como da Universidade de Renmin, e a cooperação das autoridades locais.

JUDITH HITCHMAN

Responsável pelo Departamento de Advocacy da Urgenci e atualmente é membro da comissão de consumidores do Mecanismo da Sociedade Civil no Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional Mundial
hitchman@club-internet.fr

OS VÍNCULOS ENTRE O RURAL E O URBANO NA CHINA

A China tem o maior sistema agrícola do mundo em termos de produção agrícola, abrangendo um pouco mais de 200 milhões de pequenas explorações, que representam pelo menos 800 milhões de pessoas. Em apenas 10% de todas as terras cultivadas no mundo, esses pequenos agricultores produzem 20% do total da oferta global de alimentos. Em média, as propriedades têm um terço de um hectare. No entanto, a China é autossuficiente no que se refere ao atendimento das necessidades nutricionais de sua enorme população. Durante as últimas quatro décadas, o total da produção e da produtividade dos alimentos cresceu mais do que em qualquer outro país.

Os tradicionais celeiros para a estocagem de grãos, o escambo e as policulturas são alguns dos mecanismos envolvidos, bem como a enorme e multicolorida provisão de alimentos de agricultores para as cidades por meio de uma ampla rede de mercados interligados de alimentos. Um bom exemplo é o mercado Xin Fa Di, em Pequim, que reúne milhares de fornecedores e compradores, oferecendo aos moradores de Pequim 30 mil toneladas de frutas e legumes todos os dias.

HUKOU

Hukou é o sistema nacional de registro de domicílios que garante aos chineses não só os direitos à educação e à assistência médica vinculados ao seu local de origem, mas, no caso das populações rurais, também lhes dá o direito de acesso à terra. Esse sistema também influencia os fluxos de migração rural-urbana. Na China, a migração não ocorre no sentido único do campo para as cidades, sendo um movimento circular. Muitos jovens deixam as aldeias a fim de trabalhar nas indústrias urbanas. Após o casamento e o primeiro filho, as mulheres retornam para a aldeia, enquanto os homens só voltam em períodos de preparação da terra e colheita. Depois de

muitos anos, os homens retornam definitivamente para as áreas rurais para investir suas economias no estabelecimento rural. Muitas lutas sociais no campo envolvem o direito à terra inscrito no Hukou, o qual tem permitido que um número significativo de camponeses inicie a sua própria Comunidade que Sustenta a Agricultura.

NOVOS MERCADOS

Na China, os vínculos entre o rural e o urbano também estão levando ao surgimento de novos mercados, como os elencados por Ye, Rao e Wu (2010) a seguir:

- **O mercado de produtos orgânicos**, que atualmente abrange mais de 500 diferentes produtos, sendo a maioria exportada; o valor das exportações chega a cerca de US\$ 400 milhões.
- **O mercado de alimentos verdes**, que comercializa alimentos certificados dentro do território chinês, com vendas atualmente totalizando 19 bilhões de euros por ano.
- **O mercado de ecoagricultura**, que é fortemente baseado em antigas tradições agrícolas.
- **Os mercados associados ao movimento *One Village, One Product*** (Uma aldeia, um produto, em tradução livre), centrados principalmente em produtos típicos locais ou regionais, como tofu de alta qualidade ou maçãs orgânicas colhidas manualmente.
- **Os mercados de agroturismo**, atraindo centenas de milhões de turistas e gerando uma renda de cerca de 5 bilhões de euros a cada ano.

JAN DOUWE VAN DER PLOEG

Professor da Universidade de Wageningen, na Holanda, e da Universidade Agrícola da China, em Pequim
jandouwe.vanderploeg@wur.nl

Produtores e consumidores construindo NOVAS PRÁTICAS ALIMENTARES

■ Greet Goverde-Lips, Janneke Bruil e Henk Renting

Iniciativas de comercialização baseadas em *circuitos curtos* entre agricultores e consumidores estão ganhando terreno na Holanda, um país com um sistema alimentar altamente industrializado. Em busca de alimentos ecológicos, saudáveis e frescos, os consumidores urbanos estão criando canais inovadores que apoiam os produtores de alimentos orgânicos.



Há cada vez mais cidadãos holandeses preocupados com os alimentos que consomem. Eles estão apreensivos com os efeitos dos aditivos que mantêm a comida fresca e apresentável por muito tempo e desaprovam a grande quantidade de embalagens, *milhas alimentares*² e desperdício relacionados com a comida vendida nos supermercados. Estão à procura de comida fresca e saudável e querem contribuir com a economia local e a sustentabilidade dos produtores locais.

Os chamados *circuitos curtos* possibilitam relações mais diretas entre consumidores urbanos e produtores e apontam para novas perspectivas. Os consumidores obtêm alimentos frescos, sazonais e com preços acessíveis, geralmente produzidos de forma agroecológica, enquanto os produtores recebem remuneração mais justa. Vendas diretas eliminam várias etapas da cadeia alimentar holandesa, na qual o poder está concentrado nas mãos de poucos varejistas (ver Figura).

UMA SAÍDA

As vendas diretas representam uma alternativa para os agricultores que lutam para sobreviver frente ao sistema dominante. Os preços das rações animais, sementes e fertilizantes químicos estão aumentando, ao mesmo tempo em que grandes varejistas estão pressionando para baixar os preços pagos aos agricultores. Dessa forma, os produtores se tornam reféns do que se convencionou chamar de *corrida ao fundo do poço*³ e acabam recebendo uma pequena fração dos preços pagos pelos con-

sumidores. Isso também os leva a ficar atrelados a uma *engrenagem* que exige o aumento de escala e a intensificação da produção, obrigando-os a pedir cada vez mais dinheiro emprestado do banco. Incapazes de lidar com tal contexto adverso, um terço dos produtores holandeses abandonou a agricultura entre 2000 e 2013.

Muitos produtores buscam maneiras de sair dessa armadilha. Mas, devido à tendência contínua de aumento de escala no setor agrícola holandês, é preciso contar com uma grande base de clientes para vender os produtos diretamente. Encontrar e manter a clientela requer uma grande quantidade de tempo e esforço. Como resultado, as muitas iniciativas emergentes que facilitam as vendas diretas dos agricultores para os residentes urbanos constituem uma grande transformação nas práticas dos agricultores. Elas representam um novo modelo de gestão agrícola no contexto holandês, que, para os padrões mundiais, é particularmente globalizado. A seguir, apresentamos duas dessas experiências.

² Termo utilizado para se referir à distância que os alimentos percorrem desde a produção até a mesa do consumidor. (N. da T.)

³ Tradução do termo socioeconômico *race to the bottom*, que corresponde à situação em que empresas ou países competindo entre si recorrem a práticas de desregulação econômica, redução de salários, precarização das condições de trabalho, flexibilização de leis ambientais e cortes fiscais.

FIGURA. CADEIA ALIMENTAR HOLANDESA



CONCENTRAÇÕES NA CADEIA ALIMENTAR HOLANDESA

Processos produtivos sustentáveis precisam de uma nova estratégia comercial. Sistemas que atentam para o bem-estar animal, a natureza e as paisagens estão em sintonia com a noção que a sociedade tem de produção sustentável de alimentos. No entanto, no contexto holandês, isso implica aumento de preços. Apesar do apoio social, processos produtivos como esses ainda dificilmente são lucrativos. Torna-se primordial a criação de modelos alternativos de rendimentos e a abertura de mercados para compensar os custos adicionais de produção. Essas mudanças requerem novas formas organizativas dentro das cadeias alimentares, por exemplo, por meio de vendas diretas dos agricultores para os consumidores. Além disso, os produtores precisarão convencer os consumidores a considerar não apenas os preços, mas também tudo o que envolve o conceito mais amplo de sustentabilidade.

Fonte: PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. Disponível em: www.pbl.nl/en/infographic/concentrations-within-the-dutch-food-chain. Licença Creative Commons (BY).

GRUPOS DE CONSUMIDORES

Grupos ou coletivos de consumidores que compram alimentos diretamente de agricultores estão surgindo em todo o país. Em Amersfoort, uma jovem chamada Judith Vos criou um coletivo bem-sucedido (www.voedselkollektief.nl) que funciona via Internet: a cada semana, os agricultores participantes disponibilizam uma lista dos legumes, frutas e laticínios para que os clientes façam seus pedidos. Os consumidores voluntários buscam os produtos nas propriedades dos agricultores e os levam para uma garagem na cidade, definida como local onde é realizada a triagem dos produtos e onde os consumidores vão buscar seus pedidos. Todos os agricul-

tores estão num raio de 25 km de distância da cidade, reduzindo assim as milhas alimentares. O coletivo começou com 25 pessoas em 2011, mas agora conta com 300 membros, sendo que todos devem contribuir de alguma forma para o bom funcionamento do grupo.

No entanto, não foi fácil organizar o coletivo. Tudo é feito por meio do trabalho voluntário dos membros que, diante do crescimento da iniciativa, passaram a recon-

“ AS VENDAS DIRETAS REPRESENTAM UMA ALTERNATIVA PARA OS AGRICULTORES QUE LUTAM PARA SOBREVIVER FRENTE AO SISTEMA DOMINANTE



Foto: Milieudedefensie

siderar se eles são capazes de suprir a demanda de trabalho. Segundo Judith: *Quanto maior você for, mais precisa de coordenação. Para algumas pessoas, isso não é atraente, enquanto para outros é difícil manter o controle de iniciativas mais complexas.* Outra questão é o tempo limitado que o local de coleta fica aberto para os consumidores buscarem seus pedidos, apenas um dia e meio por semana. Além disso, Judith declara: *É importante ter em mente que o processo coletivo de tomada de decisão é um sistema inclusivo, mas pode ser muito lento!*

O próximo passo é estabelecer um ponto de venda que ofereça produtos adicionais, como massas e pães, e abra pelo menos seis dias na semana. Conseguir suficientes clientes para cobrir o custo do aluguel da loja e a remuneração de funcionários é um desafio que exige maior profissionalização da organização. *Essa loja nos permitirá atrair novos clientes que talvez considerem o sistema do coletivo inacessível. Mas manteremos o espírito coletivo, já que a loja também pertencerá e será gerida por uma cooperativa de cidadãos urbanos,* afirma Judith. Existem algumas poucas dezenas de coletivos espalhados pelo país. Mas como criar um coletivo? Judith aconselha: *Apenas comece. Defina o que você quer e como irá realizar o seu projeto. Você aprenderá fazendo.* Ela também afirma que é importante lidar com as dificuldades à medida que elas surjam para que aquilo que não esteja funcionando bem seja resolvido.

MUITO MAIS QUE CLIENTES

Na fazenda Veld en Beek (www.veldenbeek.nl), próxima à cidade de Wageningen, as 35 vacas pertencem aos clientes da fazenda, que compraram uma *cota de vacas*. Na prática, os agricultores trabalham na fazenda e a mantêm funcionando, mas não são os donos do rebanho. Centenas de cidadãos financiaram a compra dos primeiros animais no início da iniciativa, em 1999.

Atualmente, mais de 1.800 membros compram semanalmente leite, iogurte, carne e vegetais por meio de um sistema de pedidos on-line e recolhem os produtos em enormes contêineres refrigerados por onde é possível circular. Esses contêineres estão distribuídos em cinco cidades das redondezas. Cada membro tem uma chave para o contêiner mais próximo. O sistema é baseado em produtos de qualidade, mas, sobretudo, na confiança: os membros confiam que os agricultores não vão debitar de suas contas bancárias mais do que os valores acertados, enquanto os agricultores confiam que os membros não vão pegar mais produtos do que o combinado.

Os membros também têm voz ativa nas tomadas de decisão envolvendo os métodos produtivos e futuros desenvolvimentos. Por exemplo, em função da preo-

cupação dos membros, os agricultores se dedicam a aumentar o tempo que os bezerros passam com suas mães. Segundo Kees van Veluw, vice-presidente do conselho da associação: *Sabemos que nossos membros apreciam o fato de as vacas pastarem ao ar livre (em vez de estarem confinadas em estábulos) tanto quanto possível. Eles também preferem que os bezerros fiquem com suas mães e que o leite seja produzido sem fertilizantes ou agrotóxicos. Além disso, os chifres das vacas são mantidos, e antibióticos são usados apenas em casos de emergências. Os membros sempre reforçam o quanto esses aspectos são importantes para eles. A fazenda é aberta ao público várias vezes ao ano, mas é também ali que ocorre um encontro anual dos membros, em que diversas questões são discutidas. Portanto, as pessoas que compram e bebem esse leite orgânico local são muito mais que clientes.*

O que garante o sucesso da fazenda Veld en Beek? Para Kees: *Veld en Beek tem se beneficiado do novo movimento alimentar na Holanda. As pessoas estão buscando formas locais e transparentes de produção de alimentos e gostam de ter contato com um agricultor de vez em quando. Mas a trajetória da fazenda também foi marcada por desafios. Por exemplo, em meio às normas municipais, foi difícil encontrar espaço e autorização para instalar os contêineres. E, de acordo com Kees, o processo de aprendizado continua: Nós ainda estamos buscando o modelo organizacional que melhor se adapte aos agricultores, investidores e consumidores, os três principais grupos de interesse da fazenda.*

CONSTRUINDO POLOS ALIMENTARES

Muitas iniciativas similares têm surgido nos últimos anos, constituindo importantes peças para a construção de um processo de transição para um sistema

Ao lado: O acesso a alimentos frescos, de estação e produzidos nas proximidades é um anseio crescente frente à tomada de consciência relacionada aos efeitos danosos da alimentação industrializada





Foto: Milieudefensie

Circuitos curtos são baseados na confiança mútua e em uma postura crítica e ativa dos consumidores, que se assumem como coresponsáveis pela manutenção do sistema de abastecimento alimentar

alimentar holandês mais local, sustentável e resiliente. No entanto, para ser realmente capaz de fazer a diferença e oferecer uma alternativa consistente ao sistema alimentar dominante, é preciso aumentar a escala e melhorar os mecanismos de coordenação. Essa afirmação é especialmente verdadeira na Holanda, onde o caráter centralizado e de larga escala do sistema alimentar torna impossível para os pequenos produtores ganharem espaço no mercado varejista convencional. Isso significa que as formas alternativas têm que operar num mercado com margens de preço muito pequenas e no qual os consumidores estão acostumados a fazer compras em mercados próximos e grandes centros comerciais onde podem encontrar tudo o que precisam num só lugar.

Para responder a esses desafios, diferentes iniciativas de circuitos curtos entre produtores e consumidores urbanos estão agora se conectando em escala regional, formando núcleos alimentares regionais com base em cidades. De um lado, esses núcleos conseguem atender o conjunto de demandas dos consumidores e, por outro, agregam produtos de produtores locais e ecológicos de áreas circunvizinhas. Um exemplo em Amsterdã é o chamado *Nos Eten* (Nossa Comida, em tradução livre), que reúne diversos atores, incluindo a federação ambiental da província, possibilitando a venda de produtos regionais de agricultores, que saem das fazendas diretamente para a mesa do cidadão. Mais iniciativas como essa estão surgindo em outros lugares da Holanda, algumas voltadas a

fornecer produtos ecológicos locais a instituições públicas e privadas. Isso oferece uma perspectiva promissora para o que pode vir a ser uma nova fase no desenvolvimento e profissionalização de sistemas alimentares regionalizados na Holanda.

Essas conexões são um aspecto importante do emergente movimento alimentar na Holanda. Quando essas iniciativas ganham mais força, podem em conjunto representar um desafio maior ao sistema dominante.

GREET GOVERDE-LIPS

Secretária da Plataforma Earth-Farmer-Consumer (Terra-Agricultor-Consumidor, em tradução livre), que reúne organizações agricultoras e defende mais regulações e soberania alimentar na política holandesa e europeia.
www.aardeboerconsument.nl; h.goverde@chello.nl

JANNEKE BRUIL

Responsável pelo Departamento de Advocacy do Ileia
j.bruij@ileia.org

HENK RENTING

Fundação Ruaf
h.renting@ruaf.org

Todos os autores fazem parte do movimento *Food Otherwise* (Outra Forma de Produção de Alimentos, em tradução livre), que defende sistemas alimentares e agrícolas mais justos e sustentáveis nos Países Baixos e na região de Flandres.

Divulgue suas experiências nas revistas da Rede AgriCulturas www.agriculturesnetwork.org

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, na Leisa Latino-americana (editada no Peru) e na Revista *Farming Matters* (editada na Holanda).

Mulheres e Agroecologia

Historicamente, as mulheres têm sido pioneiras nas mudanças dos sistemas agrícolas e alimentares. Seja em seus quintais ou organizadas em coletivos nas ruas, são elas que lideram movimentos de luta contra o uso de agroquímicos, pelo resgate e a conservação de sementes crioulas, pelo direito à água de qualidade ou pela soberania alimentar e nutricional. Exemplo recente foi a realização da quinta edição da Marcha das Margaridas, em Brasília, quando mais de 70 mil mulheres caminharam por justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), as mulheres poderiam aumentar suas produtividades em 30% se contassem com o mesmo acesso aos recursos produtivos de que os homens dispõem. Como detentoras de sofisticados conhecimentos sobre agricultura e alimentação, promovem mudanças coerentes com a perspectiva agroecológica, contribuindo para a promoção da resiliência e para a conservação da biodiversidade e dos bens naturais. No entanto, os tradicionais sistemas de poder no mundo rural, consolidados sob a égide do patriarcado, têm gerado relações de dominação e, por conseguinte, a invisibilidade das mulheres, a negação de seus direitos e a desqualificação e a falta de reconhecimento da importância econômica de seu trabalho.

A próxima edição da revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* enfocará de forma específica as trajetórias de mulheres em suas lutas cotidianas por emancipação política e por aprimoramentos nos sistemas produtivos. Buscaremos dar visibilidade ao efeito das práticas agroecológicas sobre a qualidade de vida das mulheres, bem como ao papel de suas organizações na superação das desigualdades de gênero.

Data-limite para envio de artigos: 01/11/2015

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.aspta.org.br/agriculturas